

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ROBERTO RODRIGUES DE SALES DUTRA

CAMINHOS DA DIPLOMACIA CULTURAL:
O diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural
Religioso

RECIFE

2018

ROBERTO RODRIGUES DE SALES DUTRA

**CAMINHOS DA DIPLOMACIA CULTURAL: O diálogo entre Brasil e Santa
Sé na proteção do Patrimônio Cultural Religioso**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Pedro G. C. Soares

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

D978c Dutra, Roberto Rodrigues de Sales.
Caminhos da diplomacia cultural: o diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural Religioso / Roberto Rodrigues de Sales Dutra. – Recife, 2018.
77 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Relações Brasil-Santa Sé. 3. Diplomacia cultural. 4. Patrimônio cultural. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327(81) CDU (22. ed.)

FADIC (2019-201)

ROBERTO RODRIGUES DE SALES DUTRA

CAMINHOS DA DIPLOMACIA CULTURAL

O diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural

Religioso

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE

Dedico esta monografia a todos que trabalham com afinco
para a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro,
patrimônio de todos nós.

Em memória à tragédia do Museu Nacional (02/09/2018),
reflexo do desinteresse de parte dos Brasileiros
que não valorizam sua história.

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio e fim de tudo. Ele, que é a própria Beleza, e de onde parte toda a Beleza, foi a maior das inspirações e motivos. A ele, agradeço o caminho até aqui traçado; com ele, e por ele, seguirei caminhando. *Introibo ad Altare Dei, ad Deum qui laetificat iuventutem meam*. (Irei ao altar de Deus, o Deus que alegra a minha juventude! – Salmo 42).

A meus Pais, agradeço todo o amor, cuidado, paciência e compreensão incondicional a todos os meus projetos e interesses. Sem eles a meu lado em todos os momentos, não teria chegado até aqui. Minha gratidão, amor e cuidado eterno serão poucos por sua vida consagrada a esta vocação Paterna e Materna. Que Deus os recompense por toda a eternidade!

À Igreja Católica, a quem devo integralmente minha formação, formal e informal. Tantas experiências, tanto conhecimento adquirido...Em especial, expresso minha gratidão à Ordem Beneditina, minha grande Família. Às Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, que cuidaram e continuam cuidando de mim com um carinho Filial, a quem externo meu carinho e gratidão eterna por tudo que fizeram por mim. Em meu caminho que agora começa como Internacionalista, sempre levarei comigo o ensinamento precioso de Nosso Pai São Bento: “Escuta, filho, os preceitos do Mestre, e inclina o ouvido do teu coração”. (Regra de São Bento, Prólogo)

Aos tantos professores que tive, da Academia Santa Gertrudes, da Faculdade Damas e da Universidade Federal de Pernambuco, também ofereço meu agradecimento. A eles, agradeço por todo o conhecimento empreendido, e especialmente, pela humanidade. Conciliar tantas atividades e responsabilidades não é fácil; sem o estímulo, apoio e compreensão, não teria conseguido.

Ao meu orientador, Pedro Soares, por toda a sensibilidade e coragem por ter enfrentado comigo um tema “incomum” e desafiador. Obrigado pelas palavras, pelas indicações, e pelo encorajamento nos momentos de incerteza. Levarei comigo sua competência, conhecimento compartilhado, e coragem em seguir junto com os alunos nestes desafios que nos engradem enquanto profissionais, e futuros pesquisadores.

Aos meus amigos queridos, companheiros de todos os dias, que suportaram junto comigo “as dores do calvário”, lembrarei com saudade e serei também eternamente grato. Que a nossa amizade siga se fortalecendo e se desenvolvendo mais a cada dia!

“Um dia veremos a Deus com nossa carne.”

Nem é o espírito quem sabe,

é o corpo mesmo,

o ouvido,

o canal lacrimal,

o peito aprendendo:

respirar é difícil.

Adélia Prado

(*Extraído de “Gregoriano”,
em “O coração Disparado”*)

RESUMO

No processo de criação da identidade Brasileira, a influência da Igreja Católica nesse processo é clara e inquestionável. Essa influência acaba por se transferir para o âmbito institucional, onde Brasil e Santa Sé desde o período Imperial mantêm Relações Diplomáticas. A relação entre Igreja e Estado vai influenciar diversos campos da sociedade Brasileira, e dentre outros aspectos, a preservação do Patrimônio cultural Religioso, tão importante para a Cultura Brasileira e sua Diplomacia Cultural. Esse trabalho, portanto, objetiva elucidar a relação entre a Santa Sé, o Estado Brasileiro e o Patrimônio cultural religioso, discutindo a relação entre a Santa Sé – enquanto ente do Direito Internacional e Religião Católica - e o Estado Brasileiro nas questões referentes aos bens culturais da igreja e compreendendo os aspectos histórico-político-jurídicos dessa relação que, através do trato diplomático entre Brasil e Santa Sé, se instrumentaliza enquanto política de cooperação no Acordo Brasil Santa-Sé, em voga desde 2010, que trata, além de outros temas, acerca dos Bens Culturais da Igreja no Brasil.

Palavras-chave: Relações Brasil-Santa Sé. Diplomacia Cultural. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

In the process of creating the Brazilian identity, the influence of the Catholic Church in this process is clear and unquestionable. This influence ends up being transferred to the institutional sphere, where Brazil and the Holy See since the Imperial period maintains Diplomatic Relations. The relationship between Church and State will influence various fields of Brazilian society, and among other aspects, the preservation of the Religious Cultural Heritage, so important for the Brazilian Culture and its Cultural Diplomacy. This work, therefore, aims to elucidate the relationship between the Holy See, the Brazilian State and the religious cultural Heritage, discussing the relationship between the Holy See - as a body of International Law and Catholic Religion - and the Brazilian State in matters concerning cultural goods of the church and understanding the historical-political-juridical aspects of this relationship that, through diplomatic treatment between Brazil and the Holy See, is instrumented as a cooperation policy in the “Acordo Brasil-Santa Sé”, in vogue since 2010, which speaks about the Cultural Heritage of the Church in Brazil.

Keywords: Relations Brazil-Holy See. Cultural Diplomacy. Cultural Heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
1.2 O TEMA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	14
2 CULTURA, RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: processos simbólicos, relações de poder e pertencimento	16
2.1 OS SÍMBOLOS: PARTE INTEGRANTE DA CULTURA	18
2.2. RELIGIÃO, CULTURA E PODER NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	22
2.2.1 De Bordieu a Nye: o soft power	22
2.2.2 Arte e religião: interação bem-sucedida.....	25
2.2.3 Cultura e memória: imagética do poder?	27
3 PANORAMA DA POLÍTICA BR-VAT AO LONGO DA HISTÓRIA: os discursos e narrativas acerca do patrimônio cultural religioso.....	34
3.1 A IGREJA COMO FIGURA IMPORTANTE DA ESTRUTURA DO ESTADO.....	35
3.1.1 O patrimônio artístico-religioso no período colonial	36
3.2 UM PAÍS CONFSSIONAL - O PADROADO	41
3.2.1 Aspectos da Diplomacia Cultural	43
3.3 A REPÚBLICA E O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: novos conceitos, consequências na política interna e externa.....	46
4 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL RELIGIOSO: relações entre Brasil e Santa Sé na contemporaneidade	51
4.1 AS DIOCESES, AGENTES DA PARADIPLOMACIA VATICANA.....	51
4.1.1 Instâncias de preservação do Patrimônio da Igreja no Brasil	53
4.2 A ATUAÇÃO DO IPHAN NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO	55
4.2.1 PAC Cidades Históricas	59
4.3 A GESTÃO DOS MUSEUS ECLESIAÍSTICOS NO BRASIL	60
4.4 O ACORDO BRASIL SANTA-SÉ E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO	63

CONCLUSÃO 69

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 72

INTRODUÇÃO

No processo de criação da identidade Brasileira, a influência da Igreja Católica nesse processo é clara e inquestionável. Seja no Ordenamento jurídico, nas instituições, na paisagem urbana e rural, e nas manifestações religiosas, a Igreja sempre esteve presente. Além do poder sobrenatural e divino ligado a sua atuação, vale a pena salientar que o papel da igreja se confunde com o papel estatal durante muitos séculos. Portanto, a partir disso, podemos analisar tanto as relações diplomáticas entre esses que são entes de Direito Internacional, quanto a presença marcante do Catolicismo enquanto manifestação religiosa tradicional desde os idos de 1500.

Durante o período colonial e Imperial, a Igreja teve papel fundamental no processo político Brasileiro, haja vista a relação de poder que existia entre o Trono de São Pedro e a Coroa Portuguesa, relação essa que se transborda durante todo o Período Imperial. Ainda hoje, segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ainda continua majoritariamente Católico: 64,6% professa - ou diz professar a fé católica.

Nessa relação entre Igreja e Estado, segundo Marcelo (2013), especialmente a partir do Império - com a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - “houve espaço para os assuntos relativos a herança civilizatória luso-cristã no Brasil mais visível”, como o “resgate de memórias históricas da Igreja Católica no Brasil.”

Com a ascensão da República, a relação política com a Igreja se modifica. Impulsionada por um forte movimento anticlerical, o Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, determinou a laicidade do estado. Entretanto, através de processo identitário comum entre as instituições (Igreja Católica e Estado Brasileiro), a cooperação entre a Igreja e o Estado Brasileiro, apesar dessa nova relação, durante o séc. XX obteve avanços significativos.

Somente a partir da República, entretanto, que as questões culturais passam a ser política de estado protegida por lei. O Decreto nº 22.928, de 12 de Julho de 1933, vai ser um importante marco, ao decretar a Cidade de Ouro Preto como monumento nacional. Parte importante do Patrimônio de Ouro Preto é seu patrimônio religioso, o

que demonstra, já no início da Política Patrimonial Brasileira, o reconhecimento da importância do patrimônio religioso para a Cultura Brasileira.

Esses bens culturais da Igreja podem ser categorizados em duas tipologias diferentes, com processos simbólicos diferentes e significados que se complementam, podendo ser de culto (ritual) e de devoção (religiosa), levando em conta aspectos teológicos e funcionais. Segundo Pastro (2008), a arte de culto é a arte que está a serviço da liturgia, tendo sua essência no mistério em si, de sua transcendência, e dirige-se à própria transcendência. É, portanto a arte ligada ao rito, arte sacramental, intimamente ligada ao sagrado. Já a arte religiosa vem da interioridade, do indivíduo crente, da imaginação do artista, ou dos costumes regionais de um povo, da piedade popular.

No que toca à preservação por parte da igreja desse patrimônio de séculos que, no Brasil, se desenvolve desde seu descobrimento, alguns documentos já eram claros quanto à importância da preservação e salvaguarda ligada aos objetos e alfaias litúrgicas (AGUIAR, 2015), itens que se enquadrariam na categoria de objetos de culto. Entretanto, o conjunto da produção artística cristã não era claramente protegido. Diversos casos apontam práticas equivocadas por parte dos gestores eclesiásticos de reformas que destruíram boa parte do acervo artístico e documental da Igreja Católica no Brasil, especialmente no imediato pós-Vaticano II, numa concepção equivocada das inovações litúrgicas e das novas orientações quanto ao espaço litúrgico e à construção de igrejas.

Por parte da Igreja, diversos documentos tratam e reconhecem a importância do patrimônio, seja enquanto “propriedade” ou bem de dimensão espiritual. A ideia de proteção do patrimônio e sua pertença à sociedade, entretanto, surge somente nas últimas décadas. Segundo Baldisseri (2012), somente na Constituição *Pastor Bonus* sobre a Cúria Romana que este tema avança mais claramente, ao instituir-se a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja, renomeada por João Paulo II como Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

Tendo em vista todo o patrimônio material e imaterial Brasileiro constituído a partir da relação de fé do povo com sua religião e do diálogo político entre essas duas

instituições, levando em conta a importância desse arcabouço cultural religioso na construção da identidade cultural Brasileira, sendo este trabalho de abordagem qualitativa, buscamos responder o seguinte problema de pesquisa: Como os interesses e elos identitários trazidos pelo patrimônio religioso se desdobraram em processos diplomáticos e de cooperação entre Brasil e Santa Sé para a preservação deste patrimônio para a sociedade atual e futura?

Como objetivos, pretendemos discutir o papel e a relação entre Brasil e Santa Sé na Proteção dos Bens Culturais da Igreja Católica no Brasil, buscando a) *Compreender* a evolução da noção do patrimônio e do interesse na preservação do patrimônio religioso na política interna e externa do Brasil e da Santa Sé, comparando e percebendo traços comuns em suas políticas interna e externa que justifiquem o diálogo entre os dois países nesta agenda, e b) Investigar e discutir os desdobramentos deste diálogo entre Brasil e Santa Sé acerca do patrimônio, apresentando seus resultados e desafios para a cooperação.

1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho, de abordagem hipotético-dedutiva, adotará majoritariamente o método histórico (Analisa e compara situações e sua evolução ao longo do tempo) para entender a evolução das relações entre Brasil e Santa Sé, fazendo uso também do método comparativo (Usa a comparação como medida de observação com a finalidade de verificar semelhança e explicar divergências) entre as políticas de preservação do patrimônio dos dois países e monográfico (Investiga grupos, pessoas, para entendê-los nos seus próprios termos, sua cultura e contexto) para entender as questões identitárias do povo Brasileiro como também do “Catolicismo à Brasileira”, cuja análise encontramos diretamente durante os capítulos posteriores.

Do ponto de vista de seus objetivos, a monografia é de cunho descritivo – explicativo. Já quanto à forma de abordagem do problema, abordagem Qualitativa, buscando a interpretação dos fenômenos e atribuindo significados. A pesquisa se deu a partir de material bibliográfico já publicado sobre a temática, preferencialmente aqueles

de caráter científico, além de pesquisa documental, elaborada a partir de cartas, discursos e relatos do recorte histórico abordado.

No segundo capítulo, utilizamos, na primeira parte do trabalho, abordagens teóricas diversas para compreender o caráter simbólico do Patrimônio para a Identidade Brasileira e para a Igreja Católica. Tendo como base teóricos como Bordieu, Joseph Nye, Jeffrey Haynes, e outros estudiosos de Religião e Relações Internacionais, discutiremos os significados dos símbolos no contexto social, enquanto instrumento comunicador, educativo e de dominação, compreendendo sua importância tanto para a Igreja Católica e seu exercício de poder no mundo, quanto para o Estado Brasileiro, cuja Diplomacia Cultural é instrumento importante de *Soft Power*.

No terceiro capítulo, apresentaremos uma linha do tempo, recordando os fatos e contextos que perpassaram a relação entre Brasil, Santa Sé e o Patrimônio Cultural Religioso. A partir de análises documental e histórica, entendemos como acontecia a gestão deste Patrimônio, enquanto Colônia Portuguesa, enquanto Império Brasileiro, e enquanto Primeira Fase Republicana. Nesse processo político se refletem as realidades sociais e políticas da época, sejam enquanto instituições ou na relação interestatal.

No quarto e último capítulo, buscamos entender como se desenvolve na atualidade esse diálogo. Discutiremos o papel da Diplomacia Vaticana no Mundo, e como a Paradiplomacia Vaticana é exercida através das Dioceses e outros organismos. Apresentaremos também a Política Brasileira de Preservação do Patrimônio Cultural, a trajetória do IPHAN, e como através de diversos projetos ao longo das décadas o Patrimônio Religioso foi valorizado pelo Governo Brasileiro, através de inúmeros processos de Cooperação entre a Igreja e o Estado. Por fim, será tratado o Acordo Brasil-Santa Sé, que versa sobre o Patrimônio Cultural e institucionalizou a Cooperação para a Salvaguarda do Patrimônio entre esses dois entes do Direito Internacional Público.

1.2 O TEMA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Na gestão pública, diversos são os desafios impostos por forças políticas e pela máquina pública na implementação de políticas que tragam benefícios concretos à

sociedade. Em tempos de crise econômica, o setor cultural é um dos mais afetados, sendo necessária a utilização de mecanismos complementares para impedir o retrocesso na política cultural do País.

Um desses mecanismos é a Cooperação Cultural, em que, a partir de projetos políticos e objetivos comuns, as instituições se auxiliam mutuamente para implementar avanços e seguir numa proposta de desenvolvimento voltada para a Cultura e, no caso desta monografia, para a proteção do patrimônio. Nesse processo, o diálogo entre a Igreja Católica e os Estados tem se tornado cada vez mais recorrente, tanto em âmbito local, como em âmbito Internacional, superando fronteiras em busca da salvaguarda de um patrimônio que pertence a toda a humanidade e corre sérias ameaças se não ocorrer uma ação integrada entre os diversos organismos e entidades que tem o patrimônio como área especial de atuação e interesse.

No âmbito internacional, as discussões acerca do patrimônio também têm se tornado cada vez mais presentes, haja vista as inúmeras convenções e acordos que trazem como tema a proteção do patrimônio cultural. Nesse contexto, entendemos que o posicionamento do Brasil e da Santa Sé tão como da sua relação para a proteção do patrimônio reflete esta demanda.

É importante, a partir do que está posto, um olhar atento para entendermos como esta realidade foi construída na relação entre o Brasil e a Santa Sé, fruto de um diálogo constante de mais de cinco séculos – apesar de seus altos e baixos; Além disso, reflexo de um processo histórico e político compartilhado de extrema importância para a compreensão da realidade Brasileira e da prática diplomática entre esses entes do direito Internacional, especialmente no tocante à preservação do patrimônio.

2 CULTURA, RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: processos simbólicos, relações de poder e pertencimento

Compreender o processo cultural é fundamental para entendermos de que forma a sociedade se comporta e pensa outros determinados processos. Perfil de consumo, sistemas políticos, processos educativos, e até escolhas tidas como “pessoais” são, sem sombra de dúvida, reflexo de um caminho construído pela cultura. A compreensão do que é cultura, do que ela representa, e o que ela interfere na sociedade ao longo dos séculos, entretanto, vai se modificando por diversos motivos: perspectivas teóricas, poder de instituições - que acabam por “interferir” no processo cultural-, e fenômenos como a globalização e o capitalismo foram muitos dos motivos que fizeram com que hoje tivéssemos uma visão de cultura diferente dos antigos.

Sua etimologia nos confere uma primeira dica do que ainda se perpetua em nossos dias. Cultura vem da palavra latina *Colere*, que significa cultivar, cuidar, tratar bem. Nesse sentido, cultura traz consigo um aspecto peculiar: cada manifestação da cultura surge e se perpetua por ser especial/necessária/importante àquela determinada sociedade. Importante não somente por questão estética ou abstrata, mas muitas vezes pela necessidade ou simplesmente pela repetição de formas. A cultura nasce da interação social, e portanto, do processo consciente da espécie humana, que faz com que as relações sociais que temos se tornem cada vez mais complexas.

Através deste processo cognitivo que surge a Cultura. O comportamento humano nasce através da criação e uso de símbolos, e são esses símbolos que promovem a perpetuação destas práticas culturais. Segundo Leslie White (*apud* LARAIA, 2006):

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Uma criança do gênero *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo.

A Cultura, portanto, é um sistema simbólico que surge a partir do processo de interação social ao longo da história, seja entre indivíduos ou entre indivíduos e instituições. São desses símbolos que surgem tantos sistemas que moldam nossas posturas e escolhas, valores, moral, preferências e crenças. A partir dele que compreendemos como as relações interpessoais ocorrem e como cada ser se adapta ao modo de vida em sociedade, por exemplo. Conforme pontua Kobalková (*apud* PETITO; HATZOPOULOS, 2003), “*cultures, comprised of rules and practices, are society’s primary structuring ideas; they undergird political society and symbolize its continuity in time. Political institutions, state or nonstate, are all grounded in culture.*”

Portanto, não existe hierarquia entre os sistemas culturais, o que vai de encontro a uma ótica evolucionista do conceito de cultura, que acredita neste processo, ou até mesmo de um dito “eruditismo” que ainda insiste em se colocar como superior quando comparado a outras manifestações culturais. Cada qual tem sua forma de ver e compreender o mundo e, conseqüentemente, de ordenar seus símbolos e práticas.

O fenômeno da globalização e o maior diálogo intercultural, além da criação de uma dita cultura global, que tenta se desvencilhar do local e ao mesmo tempo conversa com ela, tem explicitado uma importante dinâmica do processo cultural, que não é estático, imutável ou aprisionado, mas sim, caracterizado pela heterogeneidade e pela constante troca entre os fluxos culturais diversos. Segundo Júnior (2007):

Em qualquer sociedade humana, o que caracteriza a produção cultural sempre foi as misturas, os hibridismos, as mestiçagens, as dominações, as hegemonias, as trocas, as antropofagias, as relações enfim. O que chamamos de cultura (...), é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo. (...) Temos trajetórias culturais.

As temporalidades e contextos diversos promovem transformações e modificam esse sistema simbólico, dando a ele novas atribuições ou adaptando sua utilização à realidade local. O próprio conceito de arte/bem cultural, por exemplo, se modifica ao longo da história. Apesar disso, algumas dimensões dos símbolos sempre se manifestam, trazendo consigo amplas interpretações a determinada manifestação/ bem cultural. Os estudos de semiótica muito contribuem para compreendermos essas

questões e, dentre eles, destacamos a abordagem do sociólogo Pierre Bourdieu (1930 - 2002).

2.1 OS SÍMBOLOS: PARTE INTEGRANTE DA CULTURA

Bourdieu traz importantes discussões em torno do lugar dos símbolos na sociedade. Para ele, os símbolos podem ser entendidos como 1) estruturas “estruturantes”, instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo; 2) Estruturas “estruturadas”, como meios de comunicação de discurso ou conduta, por exemplo; 3) Instrumentos de dominação, o que podemos entender como o exercício de poder através dos símbolos e, conseqüentemente, da cultura.

Os símbolos enquanto estruturas estruturantes podem ser entendidos como modelos de padronização da sociedade, repetição de ideias antepostas que pelo senso, se tornaram consenso. Para aquele universo social, estes determinados símbolos remetem a padrões que modelam a sociedade, sejam comportamentais, estéticos, morais...Por isso, são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos. Como visto em citação anterior, são esses símbolos que fazem com que o recém-nascido, por exemplo se torne “humano” e se adeque aos padrões da vida em sociedade, reconhecendo e se comportando a partir de seu referencial cultural-simbólico.

Os símbolos também são estruturas estruturadas. No sistema simbólico ocorrem relações de dupla troca: a cultura influencia e é influenciada. Assim como estrutura a sociedade, é reflexo de uma realidade colocada pelo contexto, por sua realidade. Por isso que são instrumentos de comunicação, pois explicitam e reforçam um discurso, uma realidade existente no “mundo real”. É o que faz crer, o que nega que coisas inexplicáveis acontecem. É a tentativa de trazer veracidade a uma experiência decerto metafísica.

Os símbolos na religião transformam em material a imaterialidade da fé. Aliam preferência morais e estéticas à verdades transcendentais. Sobre isso, a própria definição de religião a coloca como um importante sistema simbólico. Segundo Geertz (2008):

(1) Um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Esses símbolos, portanto, dão forma a processos externos, e garantem a continuidade e unidade da fé, a partir do momento que traduzem, embasam e tornam viva a fé. São também fontes de informação e comunicação. A Igreja, neste sentido, sempre usou a arte enquanto símbolo comunicador de sua mensagem evangelizadora no mundo. Desde o início da cristandade, foi semeado um rico repertório simbólico: nas catacumbas e lugares escondidos de culto, os primeiros cristãos enchiam as paredes com representações do Cristo - a exemplo do peixe, já que seu equivalente grego *ichthus* trazia as iniciais de “Jesus Cristo Filho de Deus Salvador” - e com representações de fatos históricos e esperanças eternas. As imagens, por exemplo, são signos da fé, *signum Dei*, veneradas não por si mesmas, mas por causa da realidade a qual se referem. (HENZE apud BAPTISTA, 2002)

Esse elemento comunicador da arte enquanto manifestação simbólica também foi amplamente utilizado no caso do Brasil. Em tempos de difícil acesso à leitura e aos textos sagrados, representar conceitos doutrinários e teológicos, histórias da vida dos santos e da vida da igreja, como forma de instruir os iletrados, e confirmar na fé os que já a estudavam e conheciam, também acreditando no símbolo como algo de imediata absorção, que promove experiências sensoriais e comunica o sagrado. A igreja entendeu que a mensagem visual gozava de maior e mais rápida fixação do que a mensagem oral.¹

O mundo católico descobrira que a arte podia servir à religião de um modo que superava a simples tarefa que lhe fora atribuída nos começos da Idade Média – a de ensinar a Doutrina a pessoas que não sabiam ler. Agora poderia ajudar a persuadir e converter mesmo aqueles que talvez tivessem lido demais (GOMBRICH, 2012, p. 437).

Como vemos, os símbolos sempre foram instrumentos estratégicos essenciais na construção da sociedade. Entretanto, essas manifestações simbólicas, segundo

¹ COSTA, Mozart; PASSOS, Maria José. Imaginária religiosa brasileira: em busca de uma arqueologia da beleza. In: MARIANI, Ceci Baptista; VILHENA, Maria Ângela. Teologia e arte: Expressões de transcendência, caminhos de renovação. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 123-134

Bourdieu, também carregam em si outra dimensão: a de dominação, que busca materializar seu poder através dos símbolos. Segundo Bourdieu (1989), é a cultura que separa, e legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Utilizando sua função política, esses símbolos impõem as relações de força existentes na sociedade, assegurando a dominação de uma classe sobre outra - o que Bourdieu chama de violência simbólica - e contribuindo para uma “padronização da sociedade” a partir do conteúdo do poder material/simbólico reunido por agentes ou instituições. Fazendo uma leitura Marxista a partir desta perspectiva, temos que essa dominação simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes (BOURDIEU,1989), em que a produção simbólica responde e corresponde aos interesses da classe dominante, sendo o sistema simbólico privilegiadamente influenciado por suas funções políticas. O sistema simbólico seria, portanto, um sistema hierarquizado.

Partindo da premissa que os símbolos são influenciados por suas funções políticas, Bourdieu coloca como uma implicação concreta desta dimensão o fenômeno ideológico. No caso da religião, a partir do momento em que se transforma da realidade anterior de mito, passa pelo processo de constituição de discursos e ritos religiosos, construção simbólica. Este processo, conduzido por especialistas - e no caso do catolicismo, pela busca simbólica nos primeiros séculos de ritos judaicos e até mesmo pagãos -, mesmo que tente se desvencilhar das estruturas postas, acabam por reproduzir disputas do campo das classes sociais, repetindo estruturas estruturantes.

O catolicismo é repleto destas estruturas simbólicas. As insígnias clericais e a heráldica eclesiásticas, que diferenciam a hierarquia do clero católico é um exemplo. Quanto maior o grau de importância do prelado, maiores são os detalhes utilizados por esses, a exemplo do uso de anel, cruz peitoral, báculo e mitra, por parte dos bispos; o *pallium*, por parte dos *metropolitanos*, a fécula e, até recentemente, a tiara papal, para o Papa reinante.

Sobre a tiara papal, vale um adendo. Em relação ao diálogo entre poder político e poder religioso do catolicismo que vigorou especialmente na idade média e renascença, ela vem a ser um claro símbolo de como os símbolos religiosos podem e

foram influenciados por realidades políticas e suas correspondentes disputas. Formada por três coroas, a *Triregno* simbolizava o poder triplo do Papa: Pai dos príncipes e reis, reitor do mundo e vigário de Cristo na Terra. Neste sentido, todo o mundo deveria prestar reverência a esse, que era superior a qualquer poder secular reinante, e que deveria, por direito divino, ter sob seu controle todo o poder terreno, já que era o representante legítimo de Deus. Isso mostra como a Igreja Católica pensava e buscava aplicar seu poder ante as coroas e estados europeus, especialmente, inspirado na teoria do Poder divino dos Reis e toda a cultura teocêntrica que se formara no mundo Europeu.

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política. (BORDIEU, 1974)

Ainda sobre o uso de símbolos como instrumentos de dominação, a própria destruição desses por questões ideológicas mostram como a simples presença de símbolos contrários às forças dominantes são por vezes passíveis de destruição, como forma de reforçar o subjugo e garantir a não perpetuação de tais ideais, mesmo que questões estéticas, artísticas e históricas fossem argumentos para sua preservação. Fatos históricos como a inquisição e as cruzadas são exemplos de tentativas da igreja católica de suprimir toda e qualquer conjunto simbólico que fosse de encontro ao seu sistema, maneira de impedir a sinalização da existência de outras crenças/ideologias que tentassem questionar sua legitimidade e capital político.

As instituições ideológicas, sendo a religião uma de suas tipificações, são sempre duplamente determinadas. Para Bourdieu, esses sistemas são categorizados pelos interesses das classes a quem respondem, mas também aos interesses dos que normatizam o sistema (dualidade criação-criador) e do contexto em que esses agentes estão inseridos. Sendo assim, a religião - tal qual os outros sistemas e manifestações culturais - não são autônomos nem podem ser interpretados como uma simples estrutura comunicativa. Eles possuem o chamado poder de mobilização, que só é exercido se reconhecido, e não através da imposição por quem o exerce.

Os monumentos de arte sacra são a imagem de concepções teológicas, sociais e artísticas dos séculos que os criaram. O gênio dos grandes artistas cristãos é como um espelho onde se refletem ao mesmo tempo, na própria experiência religiosa, sua visão pessoal do universo e a fé coletiva de sua época.²

2.2. RELIGIÃO, CULTURA E PODER NO CENÁRIO INTERNACIONAL

2.2.1 De Bordieu a Nye: o soft power

Conforme pudemos discutir, a presença do poder na concepção e administração simbólica é muito evidente. A arte, entendida como manifestação simbólico-cultural, acaba por refletir as configurações de poder colocadas na sociedade. Entretanto, se olharmos a partir da dimensão estruturante dos símbolos, podemos concluir que os sistemas simbólicos têm a capacidade de fazer o caminho reverso: construir e modificar configurações de poder, seja em micro ou macroestruturas.

No âmbito das relações internacionais, importantes contribuições foram trazidas por Joseph Nye, que vai conceituar *Soft Power* como a habilidade de conseguir o que se quer sem coerção ou pagamentos. É a forma branda do poder, que utiliza da atração que a cultura pode ter como instrumento de capital político e de força nas relações internacionais. É a utilização de um poder persuasivo, que passa por sentimentos e experiências de admiração, consentimento, valores e, em consequência, legitimidade e credibilidade.

O *soft power* tem sido cada vez mais utilizado pelo Estado, já que este promove menos desgastes como os colocados pelo uso da força física, uma das aplicações do que Nye denomina de *hard power*. Portanto, essa estratégia pode auxiliar na cooptação de “corações e mentes”, envolvendo e moldando as pessoas aos seus interesses de forma pacífica, não envolvendo coação ou imposição. É uma ação voluntária. O olhar de Nye para o fenômeno se aproxima nesse aspecto da análise de Bourdieu, ao falar do poder político dos símbolos, ao dizer que o poder simbólico é quase que mágico ao permitir o equivalente do que é obtido pela força através da mobilização.

² Denis, Maurice Apud LIMA JUNIOR, Augusto de. Arte religiosa. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1966, p. 12.

A religião é instrumento de *soft power* por excelência, já que o processo de conversão naturalmente passa por aceitação, encantamento e crença, além do controle voluntário que a instituição religiosa, através de sua doutrina e/ou da figura do líder sobre seus seguidores. Sendo a religião uma das mais importantes instituições de muitas sociedades, formadoras de opinião e promotora de práticas e costumes, muitos Estados farão uso dela para alcançar seus interesses, unindo o *hard power* secular ao *soft power* religioso, no que Nye categoriza como *smart power*, a aplicação conjunta de *soft* e *hard power*. Em alguns casos, conforme Haynes (2013), a religião é o único instrumento que o Estado consegue utilizar para alcançar alguns de seus interesses, como é o caso dos Estados Teocráticos, por exemplo - especialmente os que estão no oriente médio.

Partindo da premissa que não só os Estados promovem este *soft power*, mas também outros atores não-estatais, a religião promove seu próprio *soft power* no mundo. Segundo Nye (2005):

For centuries, organized religious movements have possessed soft power. The Roman Catholic church is organized on a global scale, and many Catholics around the world adhere to its teachings on issues like birth control and abortion because of attraction, not coercion.

A Igreja Católica, enquanto uma das mais bem organizadas e sistematizadas instituições religiosas da história, possui um enorme capital político mantido, dentre outras coisas, por seu exercício de Soft Power. Estando ligada à estrutura de poder desde a institucionalização do Catolicismo como religião oficial do Império Romano (séc. V) - colocado como marco oficial - a história da igreja se confunde com a história do ocidente. Com o tratado de Westphalia e o fim da guerra dos 30 anos, a Igreja Católica perde sua hegemonia no cenário mundial. Segundo Haynes (2013):

The end of Europe's religious wars resulted in the eclipse of the concept of Christendom which had dominated ideologically the region's mediaeval principles, structures and institutions. For centuries, Christendom had ostensibly sought to promote the common good but had instead led to an increasingly unrestrained contest for power among political and religious heavyweights, leading to the breakdown of relations typifying the wars of religion which ended with the Peace of Westphalia.

Por ser, além de um ente religioso, um estado, conseguiu unir o hard e o soft power - estatal e religioso - em seu projeto de poder. Segundo Hertzke (apud HAYNES, 2009), numa imagem para explicar essa dupla dimensão do poder da Igreja católica, coloca que a igreja procurou empunhar ao longo dos séculos as duas espadas de poder espiritual e temporal para perpetuar a visão de um Cristianismo forte e unido. Tinha representantes em todo o mundo conhecido e sempre se fazia próximo da estrutura do Estado para garantir sua parcela de interesses. Os Estados Papais simbolizavam na prática este poder secular que o Papa detinha.

Apesar da significativa diminuição do Estado Vaticano, com o Tratado de Latrão (1929), o Vaticano mantém sua influência, fruto de séculos de política e diplomacia, mantendo seu sofisticado *soft power*, influenciando bilhões de pessoas em todo o globo e sendo importante ente nas relações internacionais, já que mantém seu status de estado.

O Cardeal Jean-Louis Tauran, Ministro das Relações Exteriores da Santa Sé de 1990 a 2003, evidenciou como prioridades da diplomacia bilateral pontifícia temas como o da defesa dos direitos humanos: direito à vida, ao trabalho, à **cultura**, à liberdade de pensamento, pontuando com isso que o objetivo último de toda atividade política é o ser humano; a promoção, e se necessário, a defesa da paz, recusando a guerra como meio para resolver os conflitos. (CARLETTI, 2012, grifo nosso)

A Cultura e a arte estão no centro da Diplomacia Vaticana enquanto instrumentos para o exercício do *soft power*. Em outros tempos, a Igreja buscou controlar a produção artística, ditando normas para o fazer artístico, seja no estilo, técnica, estética ou até mesmo temática. Pelo regime de mecenato, era uma das grandes consumidoras desta produção. Hoje, mesmo não tendo todo esse controle, ainda se mantém como uma das mais importantes instituições de fomento à arte e cultura no mundo, detentora de um patrimônio artístico e cultural imensurável - por meio do qual é parte integrante do patrimônio de muitos locais -, importante estimuladora das convenções internacionais sobre cultura e patrimônio e de sua ampla discussão no cenário internacional.

É sobejamente conhecido o empenho da Igreja, ao longo da sua história, em relação ao seu próprio património, como é constatável nas deliberações dos Sumos Pontífices, dos Concílios Ecuménicos, dos Sínodos locais e de cada um dos Bispos em particular. Esta atitude expressa-se tanto no mecenato de obras de arte, destinadas principalmente ao culto e à ornamentação dos lugares sagrados, como na sua tutela e conservação. (SANTA SÉ, 2001)

2.2.2. Arte e religião: interação bem-sucedida

Beleza - Bet el za - A casa onde Deus brilha.

Arte e religião sempre estiveram ligados. Desde o surgimento do fenômeno religioso como tentativa de explicar o mundo, o homem buscou através da arte contatar seu criador e comunicá-lo aos não-convertidos. Era através das danças rituais, da música para invocar as divindades, da pintura e escultura como materialização do metafísico que as religiões ao longo dos milênios desenvolveram sua arte.

A arte também acabava por ser um símbolo do poder religioso. Os grandes templos e esculturas dos Deus, as opulentas vestimentas, o uso constante e por vezes excessivo de ouro buscavam registrar o poder existente. Além disso, o próprio poder secular buscava cultuar suas divindades e oferecê-las essas manifestações de lealdade e reverência - muitas construções de templos, por exemplo, eram custeadas pelos líderes de governo - , com vistas a receber aprovação daquele determinado Deus e bênçãos para seu governo.

Desde o surgimento do Cristianismo, a arte era realidade constante e necessária, até mesmo nos tempos de perseguição. A arte paleocristã nasce desta necessidade. Evitava representações diretas de Cristo e dos Apóstolos, ainda sobre a influência Judaica que proibia o uso de imagens, utilizando uma rica simbologia que traduzisse simbolicamente os princípios da fé e identificasse as comunidades cristãs. A arte nesse período tinha uma dimensão notadamente catequética onde, além do arsenal simbólico, tínhamos muitas representações bíblicas, utilizadas no processo de ensino da doutrina.

Esse rico arsenal simbólico permanece e se desenvolve intensamente na estética cristã. Durante a idade média, temos uma grande carga simbólica, carregada de suprasentidos e quase sempre interpretada pela ótica Cristã. O que quer que fosse, teria uma dimensão sobrenatural - maniqueísta: ou do bem, representado por Deus e a

Igreja; ou do mal, representada pelo diabo. Essa mentalidade não pode ser interpretada como algo primitivo, mas uma disposição para prolongar a atividade mitopoética do homem clássico, elaborando novas figuras e referências em harmonia com o *ethos* cristão. (ECO, 2010)

A simbologia medieval, berço de muitos dos símbolos que a Igreja conserva até os nossos dias, buscou criar diversas novas associações, muitas delas guardadas em beleza e poesia. A descoberta de uma metáfora por parte de um indivíduo e a proporção realizada para fazer essas associações causava prazer, estimulando e incitando o indivíduo a observar e gravar no coração a mensagem recebida. Isso era utilizado como estratégia da igreja para a cooptação de novos fiéis e a tradução em algo palpável de conceitos densos em sua intelectualidade.

Na produção artística da Igreja Católica, o visível e o invisível dialogavam sempre. E nesse processo, a ideia de alegoria e símbolo se misturavam. Portanto, uma pintura, por exemplo, expressava um conceito (alegoria) - e neste conceito se bastava enquanto manifestação didática - e ao mesmo tempo aludia a uma ideia (símbolo), essência de algo que de tão grandioso se torna inexprimível.

Ensinem com muito esmero os Bispos, que por meio das histórias de nossa redenção, expressas em pinturas e outras cópias, o povo é instruído e sua fé é confirmada e recapitulada continuamente. Além disso, se consegue muitos frutos de todas as sagradas imagens, não apenas por recordarem ao povo os benefícios e dons que Cristo lhes concedeu, mas também porque se expõe aos olhos dos fiéis os salutarex exemplos dos santos milagres que Deus lhes concedeu, com a finalidade que dêem graças a Deus por eles, e regulem sua vida e costumes aos exemplos dos mesmos santos, assim como para que se animem a adorar e amar a Deus, e praticar a piedade.³

Além da produção artística empreitada pela própria Igreja, ela sempre foi uma das grandes guardiãs do tesouro cultural da humanidade. É no seio da Igreja que as ciências floresceram, e o conhecimento dos antigos chegou à modernidade. Na figura dos monges copistas e das grandes bibliotecas dos mosteiros, temos a perpetuação e compactação do saber de séculos. A própria metodologia de ensino da Idade Média,

³ Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/> . Acesso em: 25 ago 2018.

que englobava as sete artes liberais, divididas em *trivium* e *quadrivium*, contemplava o fazer artístico, como no estudo da música, por exemplo.

Cada igreja ou local de culto importante mantinha os chamados “tesouros”, que eram lugares nas sacristias ou anexos a ela que guardavam as obras de arte e utensílios litúrgicos mais valiosos. Ao longo dos séculos, esses “relicários” se expandiram, e se tornaram importantes e extensas coleções que hoje compõem centenas de museus pelo mundo.

Importante também o papel de muitos clérigos que, ao terem aderido ao regime de mecenato, adquiriram importante acervo artístico ao longo dos anos. Não só de arte sacra, mas de literatura, pintura, escultura, música. A própria estrutura de composição musical da idade média e renascença, por exemplo, se desenvolve a partir dos modos gregos de configuração das escalas, que vai dar forma aos chamados modos litúrgicos, fruto dos antigos estudos gregos que foram preservados por intermédio da igreja católica.

O interesse da Igreja no ensino das artes se mostrou também muito forte ao longo da história. Não somente pelo estímulo da arte, mas também como uma forma de controle dos artistas e das respectivas escolas artísticas, buscando cada vez mais ter a padronização do estilo e técnicas de produção sob sua atenta orientação. Um desses exemplos é a criação da Academia de Artes patrocinada pelo Cardeal Borromeu, no século XVII:

No período pós-tridentino, em que o papel da Igreja no âmbito cultural foi relevante, o Cardeal Federico Borromeu, Arcebispo de Milão - para citar um exemplo - fundou uma colecção de pintura como lugar de conservação e, ao mesmo tempo, como pólo didáctico aberto a um público seleccionado. Por este motivo, instituiu a Biblioteca Ambrosiana em 1609, e em 1618 criou a Academia de pintura, escultura e arquitectura, e publicou um catálogo desta colecção em 1625, o *Musaeon*, que no entanto se apresentava com um sentido estritamente ilustrativo. Nestas iniciativas, que retomam o modelo do mecenato típico na aristocracia daquele tempo, é evidente a integração entre a Biblioteca-Museu-Escola para realizar um projecto formativo e cultural unitário. (SANTA SÉ, 2001)

2.2.3. Cultura e memória: imagética do poder?

O espírito de um povo é moldado pelo seu ritual religioso. (Geertz, 2008)

Sem sombra de dúvidas, devemos reconhecer a importância do resgate e proteção da cultura. É através dela que entendemos nosso passado, iluminamos nosso presente, e planejamos nosso futuro. É através dela que nos conhecemos, nos entendemos enquanto “animal social”, ou melhor, “homo culturalis”. São nossas raízes que elucidam muitas das práticas contemporâneas, sejam positivas ou negativas. São através dos fluxos culturais que nossas identidades são forjadas, construídas. Conhecer de fato nossa cultura - e recorrendo à etimologia de Conhecer: *con nascere*, nascer juntos - significa “nascermos juntos”, compreendermos nosso lugar e individualidade dentro deste conjunto de macro e microrrelações que é a cultura.

O movimento iluminista, influenciado por todo o furor anticlerical e antiteocêntrico, buscou consolidar a ideia de que a religião estaria ultrapassada, a figura divina suprimida e a sociedade finalmente evoluída por cortar seu laço visceral com a religião. Entretanto, não se pode desconsiderar - ainda hoje, inclusive - a importância e influência da religião na construção do mundo pós-moderno. Muitos acontecimentos da atualidade permeiam o fenômeno religioso; para compreendermos, é preciso revisitar o passado e observarmos estas estruturas.

Segundo Haynes (2013), os estudos da religião nas relações internacionais se dão por três principais motivos: a universalidade da religião, que ultrapassa as fronteiras do Estado tradicional - portanto, atores transnacionais; a forma com que afetam instituições, normas e valores, já que a religião altera significativamente o comportamento dos atores; e a capacidade de estímulo à ação de muitos indivíduos e grupos, fazendo com que parte das pessoas tomem certas atitudes que até mesmo fira os princípios legais e as normas do Estado - o que explica, em parte, o fundamentalismo islâmico e as práticas terroristas destes grupos, por exemplo.

Portanto, dada a importância do fenômeno religioso na contemporaneidade, seja a âmbito local e internacional, é essencial o resgate deste caminhar ao longo dos séculos. Reconhecendo esta importância internacionalmente, a própria Santa Sé em seu projeto de cooperação usa sua importância cultural como justificativa, seja como responsável por um considerável patrimônio artístico, seja pela imaterialidade que influencia, através da religiosidade e das manifestações populares. A igreja cada vez

mais tem saído de seu “subjetivismo” em relação aos estudos culturais, trazendo em seus discursos o conceito recente de “inculturação”, reconhecendo a diversidade das culturas em que a Igreja se encontra e, portanto, valorizando essas diferenças culturais na sua atuação internacional. (HERTZKE *apud* HAYNES, 2009)

O resgate à memória, dessa forma, acaba sendo um “trunfo” da diplomacia Vaticana hoje. Segundo Carletti (2012):

Contudo, nas novas concordatas pós-conciliares, tais acordos são justificados por novos elementos, como “o fato de que a religião católica é a religião da maioria da população; o fato de que a religião católica possui fortes raízes na cultura e na tradição de um país; e o fato, ainda, de que a Igreja Católica presta um serviço ao desenvolvimento da vida espiritual e cultural de um determinado país”. Portanto, conclui Ferrari (1998), “a ideia de cooperação entre Estado e Igreja não se apoia mais no reconhecimento por parte do Estado da verdade da religião católica, mas sobre o fato que a religião católica possui um enraizamento de tipo social, cultural, histórico em um determinado país”.

A religião, antes de ser um ator político, é reflexo do sagrado. Ao longo da história, se manifestou de diversas formas e trouxe uma infinidade de contribuições que moldaram a sociedade Brasileira. Entretanto, precisamos diferenciar dois conceitos distintos do fenômeno religioso: a religião e a religiosidade. Estes dois conceitos acabam por se confundir nos estudos da religião, especialmente nos estudos ligados às relações internacionais, onde é vista necessariamente como um ator político.

Religião é a organização de crenças, ritos, instituições religiosas, estando ligada ao poder que os homens têm de dar nomes às coisas, normatizar e hierarquizar a fé.⁴ Já a religiosidade é a vivência e a prática religiosa que faz parte da vida do crente, refletindo a maneira como o indivíduo internaliza, apreende, interpreta e expressa o conhecimento do fenômeno religioso. É a religião vivida. (TEIXEIRA, 1983)⁵

A igreja católica se manifesta culturalmente tanto através da instituição religiosa quanto através desta religiosidade que surge da piedade popular, devoção e espontaneidade do povo. São diversos os exemplos ao longo da história que refletem, além da fé católica, essa estrutura de poder, sendo a arte também instrumento de

⁴ ALVES, Rubem. O que é Religião; Editora Abril Cultural/Brasiliense, São Paulo, 1984.

⁵ TEIXEIRA, Marli Geralda. Nós os batistas...Um estudo de história das mentalidades. 1983. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1983.

afirmação e *soft power*, tanto a nível local quanto internacional. A própria história da diplomacia cultural no mundo tem seus primeiros indícios através da Igreja Católica. Segundo Pajtinka (2014), alguns sinais de diplomacia cultural já apareceram nas atividades de missionários bizantinos medievais, por exemplo, que disseminaram deliberadamente não só doutrina religiosa [cristã], mas junto com ela, a visão [bizantina] de o mundo, suas ideias, crenças e costumes (também culturais) em países estrangeiros, através do qual eles tentaram fortalecer a influência de seu império.

No Brasil, a arte vai corroborar com as estruturas de poder político e religioso, não só da igreja, mas da sociedade colonial como um todo, contrastes em certo consenso. O discurso doutrinário e social da Igreja vai ser encontrado tanto nos sermões, bulas, documentos oficiais, quanto - e principalmente - nas representações arquitetônicas e iconográficas.

Em muitas das obras, a memória da “salvação” vai servir como temática: a vinda do Messias, seu nascimento, paixão e morte, são exemplos. Outra temática recorrente é o *memento mori*, referência à morte e a seus desdobramentos espirituais. Neste sentido, vemos aplicado nestas manifestações, mesmo que intrinsecamente, uma das aplicações do poder da Igreja nesta “memória coletiva”: uma associação de dominação. A igreja exerceria o controle da salvação eterna, e por esse “privilégio dado por Deus” de perdoar os pecados, conceder - e vender indulgências, rezar missas com vistas a possíveis penas no purgatório, enterrar dentro de suas igrejas, existia uma tensão constante. A igreja era detentora do poder espiritual e, muitas vezes, acabava, por coerção, tendo em seu controle o poder político. E nisso nos vem a máxima latina tão repetida durante séculos outrora: *extra Ecclesiam nulla salus* - fora da Igreja não há salvação.

O sacramentalismo, a autoridade papal e o papel rotinizado do clero na mediação do poder divino: tudo aponta para a importância da imanência divina no catolicismo. Aqui a presença de Deus na vida social é, em muitos aspectos, entendida como frequente. (...) No modelo de santidade, a meta do cristão é fazer contato com o poder sagrado, não ao encontrá-lo em seu self mais profundo, mas participando de formas materiais “terrestres” (como as orações fixas) que o corporificam.⁶

⁶ ROBBINS, Joel. Transcendência e antropologia do Cristianismo: linguagem, mudança e individualismo. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 31 (1): 11-31, 2011.

A igreja sempre se fez presente na sociedade Brasileira. Pensando na própria estrutura colonial, a Igreja chega já nos primeiros indícios de colonização nas Américas. Por ser Portugal um país oficialmente católico nos idos de 1500 - e durante muitos séculos à frente -, a estrutura de colonização da América Portuguesa se dará com a forte presença da fé Cristã por meio das tantas Congregações, ordens, irmandades e confrarias, as quais falaremos nos capítulos posteriores. O plano urbanístico colonial tinha o templo católico como um dos edifícios principais e, em grande parte, um dos primeiros a serem construídos. Era o poder da paisagem, que sempre evidenciava a presença Cristã qual fosse a localidade, sendo, além da igreja, a Cruz como símbolo maior dessa presença.

As próprias escolhas arquitetônicas no que se trata à decoração, dimensão estrutural e estilo das Igrejas construídas também buscam retratar o poder da Igreja. São grandes construções, opulentas e ricamente decoradas. Retrato de um estilo barroco em que a contradição e o exagero faziam parte; mas retrato de uma percepção semiótica do grande como superior, como símbolo de poder. Segundo PIGNATARI (2004):

Os traços fundamentais de uma semiótica do poder devem ser buscados nos ícones enfeixados pelas palavras alto e grande: são os modos pelos quais se estabelecem hierarquias no universo icônico e paratático. (...) Pode-se traçar uma linha de poder, num gráfico arquitetônico, que, vindo da mítica torre de Babel, passa, sucessivamente, pelas pirâmides egípcias, pelos zigurás Caldeus, pelas pirâmides maias e incas (...), pelas torres das igrejas cristãs.

No período, disputas artísticas ocorriam entre as irmandades religiosas. Essas disputas acabaram por se misturar à hierarquia social da época. Quanto mais importante a irmandade era no estrato social, mais deveria refletir isso nas manifestações artísticas: igrejas e alfaias litúrgicas ricamente decoradas, prédios e imóveis de sua posse maiores e de maior destaque, uso de órgão de tubos e profissionais da música contratados para o serviço litúrgico...era uma espécie de mecenato leigo que buscava refletir o contexto social para o seio da igreja, e em

especial, das irmandades, já que tinham seu controle e se faziam representar através delas.⁷

Os terceiros sentiam-se mais qualificados na hierarquia social e espiritual que os membros das irmandades, pois normalmente faziam parte da elite (artesanal, intelectual, política e militar) e também eram irmãos professores. Tais associações leigas organizavam festas religiosas, garantiam a assistência de seus filiados, realizavam obras de caridade e ainda promoviam o mundo das artes através do mecenato.⁸

Desta forma, os fatos nos levam a compreender que a cultura é retrato de um status de poder: seja o poder que ela exerce no mundo, tanto internacionalmente quanto nas relações locais, sendo a própria Santa Sé hoje entendida como representante da Igreja Católica e como ente do direito internacional público - e, portanto, trazendo estas duas dimensões em seu exercício de poder; seja o poder que ela reforça enquanto estrutura social, estando ela presente como figura importante; seja ela como reflexo dos conflitos existentes na sociedade: conflitos estéticos, conflitos de classe, conflitos comportamentais - com um quê maniqueísta - entre o bem e o mal, certo e errado, sagrado e profano. O ambiente religioso é um *locus* de disputa de poder e de conflito.

A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões dessa ordem (...) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e (...) tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a 'naturalização', capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa (...). (BOURDIEU *apud* OLIVEIRA, 2004)⁹

No processo de construção das redes de poder, influência e diplomacia nas Relações Internacionais, é importante que iniciemos compreendendo o papel da cultura e do patrimônio cultural, seja enquanto instrumento salutar no exercício do *soft power*,

⁷ Ver: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/30/interna_gerais,340226/disputas-entre-irmandades-religiosas-deixaram-marcas-nas-igrejas-mineiras.shtml

⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. O mecenato dos leigos: cultura artística e religiosa. IN: Arte sacra no Brasil colonial. Belo Horizonte: Edita C/Arte, 2011. p.95-111.

⁹ OLIVEIRA, Carla Mary. Arte, Religião e Conquista: os sistemas simbólicos do poder e o Barroco na Parai-ba. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277036325_Arte_Religio_e_Conquista_os_sistemas_simbolicos_do_poder_e_o_Barroco_na_Parai-ba>. Acesso em: 01 set. 2018

seja enquanto estrutura central do fenômeno religioso e político exercido pela Igreja Católica/Santa Sé ao longo dos séculos, estando essas diversas frentes intimamente interconectadas. Nos próximos capítulos desta monografia, voltando nosso olhar diretamente para o Brasil, refletiremos acerca da relação entre o Brasil e a Santa Sé na história Brasileira, importante figura política na estrutura de poder, e enquanto agente cultural, construtora da identidade Brasileira.

3 PANORAMA DA POLÍTICA BR-VAT AO LONGO DA HISTÓRIA: os discursos e narrativas acerca do patrimônio cultural religioso

Desde o primeiro momento da colonização Brasileira, a Igreja Católica e os objetivos de poder de Roma e sua corte estiveram presentes, norteando a ação das congregações - nomeadamente os Jesuítas, inicialmente -, Padres e Bispos em questões políticas para garantir sua influência e conter o avanço protestante no novo mundo, já no contexto da contrarreforma.

Inicialmente, o cristianismo chega nos primeiros anos através das primeiras expedições do descobrimento, prestando assistência religiosa à tripulação, que descendia de um modo de pensar ainda medieval - haja vista as lendas de monstros e as crenças que circundavam as navegações -, fortemente influenciado pela figura religiosa. O próprio nome do Brasil mostra essa influência. Ilha de Vera Cruz, cruz essa erguida pelo Reino Português e fincada até os dias de hoje na história Brasileira. A atividade dos missionários enviados pela Igreja Católica ao Brasil recém-descoberto foi importantíssima para uma análise de conjuntura mais precisa, com os relatos constantes enviados às hierarquias superiores, nos quais narravam com detalhes as paisagens e os acontecimentos do novo mundo.

Segundo Elliot (1984), era difícil para o mundo Europeu “civilizado” compreender a realidade exótica e curiosa do novo mundo. As dificuldades de compreensão - indo além da linguagem oral - eram recíprocas. Por isso, congregações como a Companhia de Jesus¹⁰ caminharam através de fases no processo de compreensão e estudo da Cultura Indígena.

Seguindo-se as ideias do autor, podem ser reconhecidas quatro fases: 1) a etapa da observação (que incluía tentar identificar e comparar aquilo que se descobria); 2) a etapa da descrição, que detalhava o desconhecido, de tal forma que pudesse ser captado por aqueles que não o tivessem visto; 3) a etapa da divulgação de novas informações, novas imagens e novas ideias, de tal maneira que começassem a fazer parte da bagagem mental comum à civilização europeia; 4) a etapa da compreensão, da assimilação do inesperado e do desconhecido, que passavam a ser contemplados como fenômenos existentes por direito próprio, ao mesmo tempo em que se estendiam as

¹⁰ A companhia de Jesus, importante instituição no processo de Cristianização do Brasil, chega ao Brasil oficialmente em 1549, junto com a comitiva de Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral do Brasil.

fronteiras do pensamento tradicional, com o objetivo de incluir nelas os novos objetos e fenômenos. (FREITAS, 2003).

Diversos são os exemplos de documentos que comprovam a sistematização do conhecimento relacionado ao novo mundo. Um importante exemplo é a “Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil”, de autoria de São José de Anchieta, primeira gramática da língua Tupi. Os relatos da cultura despertaram grande curiosidade nas cortes Europeias, que reproduziram em sua arte diversas representações da paisagem natural e social Brasileira em sua tapeçaria, nas artes cênicas, como também na música, a saber.

A gestão da Igreja Católica no Brasil, como também seu Papel na estrutura de Poder Colonial se modifica institucionalmente a partir de 1514. De acordo com Paiva (2006a), numa solicitação à Santa Sé pelo Reino de Portugal, o Papa Leão X emite a bula *Dum fidei constantiam*, concedendo ao Rei Dom Manuel e seus sucessores o direito de padroado, regime em que o Estado Português indicava - leia-se nomeava - pessoas idôneas para quaisquer benefícios eclesiásticos, conforme consta na letra da Bula. Já nessas alturas, as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé estavam solidamente fundamentadas, tendo sido criada em 1513¹¹ a Nunciatura Apostólica em Portugal, representação diplomática oficial do Santo Padre em Lisboa, o que mostra a importância para o Papado das relações institucionais com o Reino de Portugal.

3.1 A IGREJA COMO FIGURA IMPORTANTE DA ESTRUTURA DO ESTADO

Conforme apresentado no parágrafo anterior, a escolha dos Prelados era, a partir desse momento, controlada pelo Estado Português. Essa escolha, encabeçada pelo Rei com o auxílio de seu conselho de ministros, levava em conta uma série de atributos que fossem de acordo com seus interesses, já que a escolha de um Bispo não era somente de cunho religioso, mas também político. Segundo PAIVA (2006b):

Quando o rei tomava a sua decisão final, de um modo geral, o fazia sopesando vários aspectos: os méritos pessoais dos candidatos que lhe eram sugeridos —

¹¹ Com informações do Governo Português. Disponível em: <<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=366:santa-se&catid=119:relacoes-diplomaticas>>. Acesso em: 11 Out 2018.

ou seja, a sua formação, idoneidade, carreira e serviços prestados — as famílias de que eram originários, as redes de relações clientelares em que se inseriam e que eventualmente patrocinavam as suas candidaturas e, ainda, a conjuntura política geral que se vivia.

As escolhas eram políticas especialmente por Portugal buscar firmar seu poder colonial, tendo na Igreja uma aliada no controle dos “gentios”, por exemplo - dada sua aproximação com esses povos -, como também por ver na Igreja um observador em potencial dos acontecimentos locais e da vida social das colônias. Nesse jogo, de poder, a história mostra, entretanto, que dos mais de 20 Bispos que chegaram ao Brasil Colônia, nenhum deles era membro da Companhia de Jesus (PAIVA, 2006b), o que mostra que o Reino não queria acumular mais poder para os Jesuítas, que já tinham grande influência na vida colonial. A exemplo desta ligação entre Igreja e Estado, em muitos momentos da Colônia, na ausência dos Governadores, os Bispos assumiram essa função interinamente. Isso, portanto, franqueava grande poder e influência dentro das estruturas sociais da Colônia.

Houve em quase toda a colonização praticada pelas monarquias da Península Ibérica, uma aliança sólida entre a Coroa e a Igreja, sendo que, freqüentemente, dada a escassez de meios do poder temporal foi a Igreja que garantiu a integração e subordinação das populações indígenas e colonos. (BOXER *apud* PAIVA, 2006b)

Neste período, em que a colonização já era, de fato, efetiva e consolidada pela Costa das Capitanias Hereditárias, vale destacar uma modificação na abordagem dos relatórios feitos pela Igreja que chegavam ao Governo. De acordo com Freitas (2003), a partir do Séc. XVII, dão-se as primeiras notícias da adaptação: as grandes culturas, a criação de animais, ou a utilização do meio ambiente através de uma transformação mais radical da natureza, como a exploração efetiva das minas, por exemplo. As descrições, agora, trazem consigo uma abordagem mais economicista da realidade, ao invés do foco descritivo que se dava à fauna e flora nativas, por exemplo.

3.1.1. O patrimônio artístico-religioso no período colonial

A construção de edifícios e a criação de uma mínima infraestrutura eram objetivos dos governos coloniais nas cidades. Os engenheiros militares - e em sua

ausência, os mestres de ofício - ficavam responsáveis pelos projetos das principais obras públicas oficiais, que poderiam ser de caráter civil, militar ou religioso. Segundo BUENO (2012), essas obras poderiam ser Palácios de governadores, casas de câmara e cadeia, tribunais de relação, alfândegas, hospitais, quartéis das tropas militares e, inclusive, as igrejas matrizes e sés catedrais.

No trato com as construções de igrejas, especialmente as matrizes, tidas como assunto de interesse metropolitano, a fiscalização e o planejamento para suas construções se dava tanto por parte das estruturas do Governo Português, através de órgãos como a Mesa de Consciência e Ordens¹², e por parte da Igreja, por diversas instituições que normatizavam a construção dos espaços sagrados. Nas orientações, além da nova práxis arquitetônica trazida pelo Concílio de Trento e a Contrarreforma, a Igreja na então colônia Portuguesa buscava normatizar e controlar a construção de quaisquer edifícios de identidade religiosa, já que, além de divisões administrativo-pastorais de porções de fiéis, construir uma nova igreja ou fundar uma Paróquia trazia consigo questões financeiras, já que ofertas, bens, doações, posse de terrenos e futuros novos provedores importavam grandemente para a estrutura de poder Eclesiástico central, entendendo como instituição primeira a Diocese de São Salvador da Bahia, depois elevada a Arquidiocese e, portanto, a Sé primaz do Brasil, berço administrativo da Fé Católica no País.

A partir de fontes da Arquidiocese de São Salvador, podemos entender de que forma acontecia o diálogo entre a Igreja e o Reino de Portugal na construção do Patrimônio Cultural. Segundo as *Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia*, vemos sintetizadas e compiladas muitas das orientações vindas expressamente da Santa Sé, com seus inúmeros livros, bulas, catecismos, orientações conciliares - estando as normativas do famoso Concílio de Trento em pleno vigor - , e recomendações quanto a diversos aspectos da “gestão da fé”. Dentre essas normas, temos também orientações expressas sobre o procedimento para construção de igrejas,

¹² A Mesa da Consciência e Ordens foi criada por D. João III em 1532, e extinta em 1833. Cuidava dos negócios eclesiásticos e da justiça, e seu acervo foi incorporado à Torre do Tombo, separados e tratados os livros e os documentos – Avisos, Ordens e papéis diversos –, especialmente os livros de registros das chancelarias e as habilitações das Ordens Militares. Constitui acervo precioso para o estudo do sistema de autorização e aprovação dos projetos de edificações eclesiásticas no Brasil. (BUENO, 2012)

sejam de cunho administrativo-cartorial, como também arquitetônico, a exemplo, que espaços sagrados deveriam existir dentro das igrejas, como deveria se localizar no contexto populacional, qual a característica do terreno, etc.

O texto, do início do séc. XVIII, corrobora com a tese de que o diálogo em relação aos bens culturais - e nesse momento, referente à construção e produção de bens materiais - existia a tal ponto, que o Rei/Estado se colocava como grande provedor do Patrimônio Religioso na Colônia. Conforme o texto, transcrito *ipsis litteris*:

689 E não tratamos aqui do dote que é preciso (17) tenha cada uma das Igrejas Parochiaes: porque como todas as deste Arcebispado pertencem á Ordem e Cavallaria de nosso Senhor Jesus-Christo, de que S. Magestade é perpetuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito catholica providencia mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das Igrejas, que é seis mil réis a cada Igreja, e oito para as que estão em Villas: assim como com muito liberal mão como tão zeloso, e Catholico Rei manda dar grossas esmolos, assim para a edificação, (18) como para a reedificação das ditas Igrejas. (SALVADOR, 1853)

O Estado, portanto, financiava a construção de igrejas em toda a colônia, cuja gestão era compartilhada pelo Estado Português, representando por seus organismos de controle, e a Santa Sé Apostólica, representada através de suas dioceses. No tocante à preservação/conservação deste patrimônio cultural material, o documento do Arcebispado da Bahia mostra duas abordagens encontradas à época. Para as igrejas que estavam danificadas mas passíveis de restauração, o Estado Português financiava esses reparos, enviando “dotes” anuais para manutenção das Igrejas da Colônia. Caso as Igrejas estivessem em situação precária, com a permissão do Arcebispado, essa será demolida, com exceção das imagens sacras. Isso demonstra a preocupação das Instituições em conservar o patrimônio ainda que enquanto bem físico, posse, e não como algo além disso, como a concepção moderna de patrimônio cultural da humanidade, por exemplo. A preservação do patrimônio articulada entre a Igreja e o Estado, em certos aspectos, já ocorria no Brasil Colonial.

692 como convêm muito que se edifiquem com tal consideração, que, erigindo-se para ser Casa de Oração, (2) e devoção, não o sejam de escandalos pela pouca decencia, e ornato dellas, ordenamos, e mandamos, que querendo

algumas pessoas em nosso Arcebispado fundar Capella de novo, nos dem primeiro conta por petição, e achando (3) Nós por vistoria, e informação, que mandaremos fazer, que o lugar é decente, e que se obrigão a fazel-a de pedra, e cal, (.4) e não sómente de madeira, ou de barro, assignando-lhe dote competente (5) ao menos de seis mil réis cada anno para sua fabrica, reparação, e ornamentos, lhe concederemos licença, (6) fazendo-se de tudo autos, e escripturas, que se guardarão no Cartorio da nossa Camara. (SALVADOR, 1853)

Ainda na Constituição do Arcebispado da Bahia:

694 E havendo em nosso Arcebispado algumas Capellas, ou Ermidas que estejam muito velhas, e ruinosas, sem haver quem as possa reparar, e restaurar, ou faltas totalmente de ornato, e ornamentos sem renda para a fabrica dellas; ou que estejam em lugar tão ermo, e despovoado, que fiquem expostas a indecencias, nossos Visitadores tomarão informação de tudo, e farão disso autos, e summarios, para que conste do estado da Capella; e não havendo quem se obrigue a ornal-a, e reedifical-a, estando ruinososa, ou mal ornada, e reparada, ou em lugar muito ermo e despovoado, se derribe e profane; (9) e se tiver alguma Imagem, se mudará para a igreja (10) Parochial. E os autos, e summarios se guardarão no Cartorio da nossa Camara Archiepiscopal, para que a todo o tempo conste a circunspecção, com que se procedeo em materia de tanta importancia; e como fazendo-se todas as diligencias para que se reedificasse, e conservasse, por não poder ser, parecco maior serviço de Deos mandal-a derribar.

Desta forma, podemos entender como a Diplomacia da Santa Sé e a Paradiplomacia exercida pelas dioceses aconteciam. A Santa Sé criava as condições políticas necessárias, concedendo, por exemplo, privilégios religiosos ao Reino de Portugal, para que suas dioceses também tivessem privilégios nas estruturas de poder em todo o Reino. Entretanto, não podemos desvencilhar a atuação dos Bispos da atuação Papal. A estrutura organizacional da Igreja Católica sempre foi ao longo da história capitaneada pelo Pontífice Romano, que para os cristãos é o sucessor de Pedro, apóstolo nomeado pelo próprio Cristo, segundo o relato bíblico, primeiro líder da

Igreja Católica. Portanto, todas as práticas, decisões e acontecimentos, apesar de sofrerem influência “secular”, digamos assim, era acompanhada de perto pela Cúria Romana. Como define a máxima latina: *Roma Locuta est, Causa Finita est*. Segundo Franco (2011a), a macro-estrutura da Igreja que cobria o território constituía uma espécie de Estado religioso (eclesiástico) que convivía/concorria/cooperava com o Estado político, prestando ambos serviços de interesse mútuo.

Ainda sobre a relação entre arte e política no diálogo entre Igreja e Estado, dois fatos mostram que também a personalidade do governante vai influenciar em maior ou menor grau a atuação do estado no patrocínio à igreja e, conseqüentemente, aos bens culturais. Uma primeira realidade, por exemplo, em fins do séc. XVIII, em que o Marquês de Pombal, então Primeiro-Ministro Português, influenciado pelas ideias iluministas que fervilhavam na Europa e defendiam a separação entre Igreja e Estado, vai buscar uma diminuição do poder eclesiástico no Reino. Uma destas ações dentre tantas foi a expulsão dos membros da Companhia de Jesus (Jesuítas).

O governo do Marquês de Pombal (1750-1777) no reinado de D. José I, acolhendo algumas das orientações críticas em relação às ordens patenteadas por D. Luís da Cunha, acabará por inaugurar politicamente a primeira fase de combate ao poder e à influência social da Igreja no plano temporal com base no ideário político do regalismo, que visava a submissão da Igreja ao Estado no que ao temporal dizia respeito. Esse momento importantíssimo para a relação histórica entre a Igreja e a história de Portugal é pautado por um acontecimento extraordinariamente mediático ocorrido numa data concreta: a expulsão da Companhia de Jesus a 3 de Setembro de 1759. Este acontecimento estrondoso foi um dos mais importantes daquele século com grandes repercussões na história portuguesa e europeia. (FRANCO, 2011a)

Já no reinado posterior de Dona Maria I, “a louca”, o forte catolicismo estatal retorna. Conforme Cerqueira (2014):

Seu reinado apresenta um tom marcadamente catolicizante. Ela proporcionou aos quase mil e quinhentos jesuítas expulsos de Portugal e das colônias durante o reinado anterior, bem como a outras congregações, inúmeras subvenções. O Estado, em sua união com a Igreja, fomentava os grandes projetos educacionais das ordens católicas e somas importantes eram destinadas à construção de igrejas e basílicas.

A partir de carta de Dezembro de 1810, enviada pelo Bispo do Maranhão ao Núncio Apostólico de Portugal, podemos inferir que a Nunciatura também agia para garantir a ação estatal em financiar o patrimônio religioso, à época. Segundo consta, a carta, escrita por D. Luís, Bispo do Maranhão, reclama ao Núncio o não recebimento do Beneplácito Régio para executar o Breve Papal sobre a reconstrução dos lugares santos.¹³ Já em carta de 1794, escrita pelo Frei Francisco António de Alba ao Núncio Apostólico, dentre outras coisas, manifesta preocupação ao Núncio pela falta de dinheiro no erário régio para construção do Convento dos Capuchinhos.¹⁴

3.2 UM PAÍS CONFSSIONAL - O PADROADO

A partir de 1822, com a ruptura institucional com o Estado Português causada pela Independência do Brasil, a então colônia e por um breve período Reino Unido a Portugal e Algarves se torna um Império, governado pelos Bragança, tendo sido coroado como Imperador Dom Pedro I. A relação do Brasil com a Igreja Católica foi instituída na Constituição de 1824, principalmente através dos seus Artigos 5º e 102º nos §§ 2º e 14º¹⁵. A concessão pela Santa Sé veio depois das negociações feitas pelo que resultaram na Bula de Leão XII de 15 de Maio de 1827 (SANTIROCCHI, 2009).

Durante todo o Brasil Império, a Santa Sé e o Estado Brasileiro sofreram crises políticas delicadas decorrentes da nova abordagem trazida pela Constituição para o controle eclesiástico católico - apesar da confessionalidade do Estado. Hildebrando Accioly (1949), em seu trabalho sobre os primeiros Núncios Apostólicos no Brasil, demonstra que o governo Brasileiro manteria a existência de uma Nunciatura Apostólica. Primeiro, pela identidade cristã do Império, mas também, em outras palavras, pela conveniência de ter um legado pontifício que legitime sua ingerência eclesiástica. Apesar de alguns do círculo diplomático da Santa Sé defenderem a

¹³ ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, ARCH. NUNZ. LISBONA, 31 (4), FL. 4. *apud* FRANCO, 2011b.

¹⁴ ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, ARCH. NUNZ. LISBONA, 84 (4), FLS. 183 A 184V *apud* FRANCO, 2011b.

¹⁵ Cf. BRASIL, 1824.

colocação de uma Nunciatura de segunda categoria, protestos do Imperador a partir da figuras como o Marquês de Rezende, plenipotenciário do Imperador na Áustria, em conversas com a cúpula diplomática Papal, e do Marquês de Queluz, alegando que uma Nunciatura de segunda classe seria “pouco compatível com a dignidade do Império”. Por fim, o Imperador acorda com a Santa Sé a criação da Nunciatura de Primeiro Grau, com seus gastos de manutenção também custeados pelo Imperador, apesar dos entraves políticos colocados pelo Congresso Brasileiro, num primeiro momento.

Por nota de 11 de maio de 1827, o Cardeal Secretário de Estado comunicou a Mons. Vidigal haver Sua Santidade decidido a criação, no Brasil, de uma Nunciatura de primeira classe, " com todos os privilégios e tôdas as faculdades de que têm gozado e gozam os Núncios Apostólicos residentes em Lisboa, inclusive a da promoção à Sacra Púrpura, na mesma época em que os outros Núncios de primeira classe a obtiverem, ao têrmo de sua missão. (ACCIOLY, 1949)

Em muitos documentos do Cardeal Pedro Orsini, primeiro Núncio Apostólico do Brasil Império, trazidos por Accioly, são encontrados relatos da grave crise política e das dificuldades que encontrava a Santa Sé em dialogar com o Império e manter as regalias de outrora. Sobre o Congresso Brasileiro, relata o Cardeal (*apud* ACCIOLY, 1949):

O maior« mal, porém, estava nas Câmaras. * A dos Deputados " — dizia — " é composta, em sua maior parte, de decididos e exaltados democratas, que paralisam de modo terrível tôda medida, especialmente se se trata de alguma boa medida do poder monárquico, e fazem conhecer em tôda ocasião sua irreligião e imoralidade \ Quanto à dos Senadores, compunham-na, segundo o Núncio, " diversos [indivíduos] maus, muitos ineptos e pouquíssimos bons e capazes.

Segundo Santirocchi (2012), tal processo preparou o terreno para um conflito entre poderes instituídos que desembocou em um conflito entre a Igreja e o Estado. O cenário político e o Regalismo do imperador aumentavam cada vez mais as tensões, apesar das tentativas dos Bispos e da Santa Sé em equilibrar o processo. O resultado foi a Questão Religiosa da década de 1870 e suas relações com o fim da monarquia.

3.2.1 Aspectos da Diplomacia Cultural

No modelo nascente do Império, o Estado buscava construir uma nova dimensão do significado de religião, acomodando um sentido religioso às novas instituições e símbolos da nação. Lutando para engendrar a estrutura material e o aparato simbólico da Igreja romana (OLIVEIRA, 2017), o Império vai querer próximo a ele a Igreja Católica, e principalmente, de forma mais concreta institucionalmente, a Nunciatura Apostólica, que representaria o Papa no Brasil e simbolizaria o diálogo diplomático “aberto” entre Brasil e Santa Sé.

Entretanto, a crise política entre a Igreja/Santa Sé e o Estado Brasileiro pode ter dificultado um pouco o diálogo para conservação-manutenção destes bens religiosos. Alguns fatos mostram que existia uma “benevolência régia” para as Igrejas, já que essas faziam parte da estrutura e estratégia política Nacional. Nas viagens Imperiais já do primeiro Reinado, segundo relatos do jornal *Republico* (apud PANDOLFI, 2007) muitas esmolas eram concedidas às igrejas por onde passava, cujo dinheiro indiretamente poderia ser utilizado para a manutenção dos bens culturais das Paróquias.

Em âmbito nacional, o Código Criminal do Brasil, de 1830, tipifica em seu artigo 178 da destruição de bens do Estado. Os prédios religiosos, já que estão sob jurisdição régia, acabam sendo englobados nesta lei. Entretanto, o real motivo da lei não se dá por inclinação à preservação do patrimônio, mas para a manutenção dos símbolos de poder Imperiais do Brasil, sendo muitos destes religiosos. (MARCELO, 2013). Entretanto, é provável que nesse período não se tenham utilizados recursos em demasia para atividades de conservação ou manutenção das obras do passado, mesmo que as religiosas. Isso se dá por um senso estético novo, influenciado pelos novos ares estilísticos trazidos pela Missão Francesa, e também como uma forma de protesto contra um patrimônio artístico que refletia a presença do colonizador Português.

O Império preocupava-se, dessa maneira, com o registro e a perpetuação da própria memória, e com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura que, ao que tudo indicava, seria “genuinamente nacional”. Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia (Roberto

Schwarcz, 1998). O romantismo aparecia, aos poucos, como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e uma identidade particular; em oposição à metrópole, mais identificada com a tradição clássica. (SCHWARCZ, 2012).

Para a construção e aquisição de novo patrimônio religioso, as ações tendiam a acontecer localmente, em que os Bispos, usando de sua influência e capital político regional, trabalhavam em suas províncias para conseguirem recursos que financiassem seus empreendimentos em expandir o patrimônio cultural da Igreja, como é o caso notável de Dom Marcos Antonio de Souza, Bispo do Maranhão, que foi eleito por várias vezes durante seu Bispado Deputado Provincial, presidindo a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão durante os anos de 1838-1842, além de ter exercido cargos de confiança nas Cortes de Lisboa e junto ao Imperador Dom Pedro I. Defensor dos interesses da Igreja e nomeadamente da Santa Sé¹⁶, enquanto Deputado Constituinte que foi, conseguiu, através de sua influência - numa espécie de Paradiplomacia -, construir o Seminário Diocesano, além de verbas provinciais periódicas para sua manutenção.

A ocupação deste cargo favoreceu suas atividades enquanto bispo, pois, lhe permitiu colocar na pauta da Assembleia questões relativas à Igreja, anteriormente desprivilegiadas, possibilitando a aprovação da criação do Seminário Diocesano de Santo Antônio e o subsídio de dois contos para a sua manutenção. Conseguiu também evitar, em parte, que os padres seculares se dedicassem a outras atividades por meio da regularização do pagamento das cóngruas. (SILVA, 2015)

No segundo Reinado, vale destacar a criação e o trabalho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já que o Estado Brasileiro - liderado por seu erudito Imperador - via como importante o resgate da história Brasileira que estivesse comprometida com a descoberta da construção do Brasil. Segundo Marcelo (2012), ainda que essa intenção

¹⁶ D. Marcos, não se conformando com o parecer da Câmara, apresentou um voto separado onde empreendeu a defesa dos direitos da Cúria Romana. Apesar de apoiar D. Pedro I na Câmara dos Deputados, o bispo demonstrou sua fidelidade ao Pontífice Romano ao afirmar a sua primazia em assuntos ligados à Igreja, por entender que “[...] o poder temporal é inteiramente independente do espiritual, assim como este daquele”. (SILVA, 2015)

fosse constante em meados do século XIX, houve espaço para os assuntos relativos à herança civilizatória luso-cristã no Brasil mais visível: os monumentos históricos.

2.3 A república e a separação entre Estado e Igreja

A crise política inaugurada pelo Regalismo nos primeiros anos da Independência entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro veio se arrastando durante todo o império. Entretanto, acontecimentos que atingiram os Estados Pontifícios em 1870, com seu território invadido para concluir o processo de unificação da Itália, faz com que a Política Externa da Santa Sé e, conseqüentemente, o Posicionamento político dos Bispos se modifique, já que o isolamento do Papa e a perda de prestígio dos legados pontifícios com a drástica diminuição do poder secular da Igreja modificaram a identidade da Santa Sé.

A perda do poder temporal do Papa e da sua soberania sobre Roma, somou-se às disputas entre Igreja Católica e o Estado liberal, que reivindicava para si várias competências que, por tradição, eram da jurisdição da Igreja. Iniciou-se um desacordo que ultrapassou os limites geográficos de Roma e se espalhou pelos países com forte presença católica. (ROSA, 2011)

Com tantos entraves políticos, os Bispos, juntamente com o Núncio Apostólico, começaram a discretamente - com receio de represálias do governo, se o governo suspeitasse de envolvimento direto da Santa Sé - se articular, buscando se reunir em conferência para tomar decisões referentes ao posicionamento político da Igreja a partir daquele momento. Na Conferência, os Bispos deveriam, dentre outras coisas, escrever uma Memória à Sua Majestade Imperial, assinada por todos eles, pedindo remédio aos males, que dependiam também deste, para terem uma solução. Dentre os pontos a serem exortados nas Memórias, eles deveriam expor a necessidade de aumentar o número de Dioceses e dotar devidamente as existentes com Catedrais, Capítulos e Seminários; (SANTIROCCHI, 2009).

A partir disso, podemos entender que o Estado estava negligenciando auxílios para a construção e manutenção das igrejas. Desde a década de 1850, muitas foram as

tentativas para dirimir as questões entre o Brasil e a Santa Sé através de uma Concordata a ser celebrada entre os dois países. Dentre as reivindicações, uma delas dizia direito ao patrimônio da Igreja. Assim, analisando o contexto à época, a Igreja achava por bem a partir dali ter uma igreja autônoma sem subsídios e rendas, do que sofrer com a forte intervenção régia. Após a crise trazida pela conhecida “Questão Religiosa”, os dois entes não conseguiram firmar o acordo, o que levou à queda da Monarquia e, na República, a separação definitiva entre Igreja e Estado. Segundo Santirocchi (2009), citando os termos da desejada Concordata por parte da Santa Sé:

Ter a Igreja o direito de adquirir e comprar bens imóveis, possuindo o direito de propriedade inviolável como os demais cidadãos, não podendo suprimir ou unir as antigas e novas fundações eclesiásticas sem a intervenção da Santa Sé, salvo as faculdades conferidas aos Bispos do Conselho de Trento.

3.3 A REPÚBLICA E O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: novos conceitos, consequências na política interna e externa

Com o advento da República, em 1889, portanto, surge algo até então praticamente nunca visto na história Brasileira: a separação entre Igreja e Estado. De um País que moldou e foi moldado pela Fé Católica, a política agora se separa do ente religioso. Com o decreto 119-A¹⁷, apesar das tentativas por parte da Diplomacia Vaticana em manter boas relações com o Estado Brasileiro, como do ato de Reconhecimento do Marechal Deodoro da Fonseca e seu governo como legítimos, o pensamento liberal e a associação do retrocesso à Igreja Católica e ao regime monárquico instrumentalizou a separação.

Neste processo já traumático, a Igreja vai buscar renegociar seu novo papel na recém-nascida República. Nomes como Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e o próprio Marechal Deodoro da Fonseca surgem no diálogo entre a Igreja e a Santa Sé.¹⁸ Os representantes da Igreja manifestaram seu protesto contra o novo status da Igreja no Brasil, mas defenderam que ao menos fossem garantidos os bens da Igreja,

¹⁷ Cf. BRASIL, 1891.

¹⁸ MANOEL, 1997 *apud* ROSA, 2011

“lembrando que não era uma questão de privilégios, mas de garantia de direitos justificados pela ligação da Igreja com a própria estruturação do povo brasileiro .“(ROSA, 2011).

Utilizando a partir de agora a Justificativa do antepassado histórico comum, a Igreja articula com o Estado seu Patrimônio Material. Consegue, portanto, manter o patrimônio sob sua tutela e administração¹⁹, com exceção dos cemitérios, que passaram a ter caráter secular. ²⁰Sobre o posicionamento da Igreja a partir dessa nova configuração, segundo Rosa (2011):

Diante dessa nova realidade, restava ao episcopado seguir as orientações da Santa Sé no processo de reestruturação política que ocorria: usar a liberdade conferida pelo governo atual e ter paciência para trabalhar pelo reflorescimento da Igreja e da Pátria.

A articulação da preservação do Patrimônio Histórico agora se modificou, já que a Igreja Católica, apesar da atuação Diplomática da Santa Sé, não possui mais oficialmente o aparelho estatal para financiar os projetos de gestão desse patrimônio. Se percebe, entretanto, no que tange ao processo de preservação do Patrimônio no Brasil, uma mudança de consciência por parte das instituições, que a Igreja começava a desenhar. De uma compreensão anterior voltada muito mais ao patrimônio como bem material, nas primeiras décadas do séc. XX começa a reconhecer, mesmo que timidamente, ainda, sua importância artística, histórica e cultural.

O Código de Direito Canônico de 1917 elucida este posicionamento mais claramente. Constituição com força de Lei para todo o mundo Católico, o código apresenta diversos *canons* que tratam da Preservação do Patrimônio Cultural. A Carta Pastoral do Episcopado Mineiro apresenta, em sua arguição sobre a importância do Patrimônio Religioso, alguns itens do então recente Código:

Não só imagens preciosas, como dito ficou, mas quaesquer coisas ecclesiasticas preciosas, isto é, as que têm valor notavel por causa da arte, historia ou materia (can.

¹⁹ BRASIL, 1890, artigo 5.

²⁰ BRASIL, 1891, art. 72, parágrafo 5.

1.497), não pódem, segundo o canon 1.532, ser alienadas sem licença da Sé Apostolica, e, si o beneplacito for scientemente omittido, pelo canon 2.347 incorrem em excommunhão *latae sententiae* os que forem de qualquer modo reus nessa alienação. (...) Quão grandes as precauções da Igreja para salvar e transmittir á posteridade seu patrimonio artistico. (SOUSA *et all*, 1926)

O principal motivo apresentado pelos Bispos Mineiros à conservação do Patrimônio era que “não conservar, portanto, o patrimônio artístico, por pequeno que seja, documentos e objectos que servem para a historia, é perder um meio de fazer surgir ante os séculos futuros o passado sob seu aspecto peculiar.” (SOUSA *et all*, 1926). Para isso, diversas normativas eram colocadas para as Igrejas Mineiras: Não se fazer remodelações ou restaurações em templos sem autorização prévia do Bispo Diocesano, conforme as normas da Santa Sé; Escrever e conservar os livros Paroquias, fontes primárias importantes para a reconstituição da história Brasileira; e aconselhar os fieis que “no caso de transmissão inter-vivos de moveis ou immoveis seus que sejam de probeito ao património artistico nacional, dêem preferencia á União ou ao Estado” (SOUSA *et all*, 1926).

Num olhar mais detalhado, percebemos como uma compreensão mais ampla sobre o significado do patrimônio cultural começava a se apresentar na Igreja Católica, seja a nível Internacional, com as declarações da Santa Sé para um olhar mais zeloso sobre os bens culturais, como a nível nacional, a partir do que vimos na Carta do Episcopado Mineiro, de 1926. É preciso lembrar que no processo de construção da Diplomacia da Santa Sé, as dioceses são figuras chaves, já que, assim como para os Países a Paradiplomacia é exercida, entre outros aspectos, pelos Municípios e estados, a Paradiplomacia - ou Diplomacia Descentralizada - é exercida pelas inúmeras Dioceses que aplicam, com as orientações e acompanhamento direto da Santa Sé, as diretrizes e projetos políticos da Igreja Católica para o mundo.

No âmbito governamental, temos os primeiros esboços de política patrimonial no Brasil a nível Estadual. Segundo relatório do próprio SPHAN, a primeira iniciativa partiu de Minas Gerais - o que mostra a vanguarda Mineira, aliada ao posicionamento da Igreja Católica -, quando foi organizada uma comissão para estudar e oferecer soluções à questão do patrimônio cultural. “Seu objetivo era impedir que o patrimônio histórico e

artístico das velhas cidades mineiras se consumisse pelo efeito do comércio de antiguidades que já principiava a reduzir aquele acervo.” (SPHAN, 1980). Acompanharam o posicionamento de Minas Gerais os estados de Bahia (1927) e Pernambuco (1928).

Apesar disso, fazia-se necessário um instrumento legal mais rígido, forte e eficaz, já que, a nível Federal, a própria Constituição e o Código Civil limitavam certas medidas requeridas pela gestão do patrimônio cultural, à época. A partir de 1933, temos uma ampliação do cuidado ao patrimônio, já que o Estado Brasileiro, tendo agora à frente o Presidente Getúlio Vargas, vai tomar uma série de medidas que buscam a salvaguarda e preservação do patrimônio cultural Religioso. Em 1933, por meio de Decreto Presidencial, o governo resolve elevar à categoria de Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, famosa também pelo seu rico e importante patrimônio Cultural Religioso. Sobre essa questão trata o artigo 3º do Decreto:

Art. 3º Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o governo do Estado de Minas e a Municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação e assim incorporados ao patrimônio artístico e histórico do Monumento Nacional Erigido pelo presente decreto. (BRASIL, 1933)

A partir disso, vemos que, para levar a cabo uma política de salvaguarda do Patrimônio Cultural, o governo reconhecia a necessidade de cooperação com a Igreja Católica, já que ela era detentora de grande parcela desse patrimônio. Essa cooperação irá se dar em diversos aspectos ao longo dos anos pós-fundação do IPHAN, com diversas obras e ações de salvaguarda do patrimônio religioso articuladas pelas Dioceses por todo o Brasil. Enquanto política de Estado, também a Santa Sé também passou a orientar e articular sua Diplomacia Cultural e sua Política Institucional de salvaguarda do Patrimônio Cultural.

Muitas declarações ao longo do século XX, também acompanhando a evolução da compreensão da importância do patrimônio cultural para a humanidade, mostravam uma Igreja/Estado mais preocupada com seu patrimônio religioso. Alguns dos tratados internacionais e declarações à época cuja Santa Sé foi signatária é a Convenção

Internacional para proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado (1954), e a Convenção Cultural Europeia (1955), que defendem a proteção dos bens culturais e afirmam a importância para a humanidade de sua conservação para as gerações futuras.

Enquanto instituição, muito de seu posicionamento em defesa do patrimônio surge a partir do Concílio Vaticano II, que inaugura um novo tempo para a Igreja Católica, que se abre aos novos tempos trazidos pela nova configuração geopolítica do mundo e também pelo novo papel da Religião no Cenário Internacional. Neste processo, muito da política Vaticana vai passar a ser exercida também pelas Conferências Episcopais, num processo que Haynes (2001) chama de Nacionalização:

There was a process of 'nationalisation', that is, a centralisation of Catholic churches, at the national level. After Vatican II, national conferences of bishops were institutionalised in many countries, an evolution which reinforced the dynamics of a process of nationalisation that earlier had been carried out primarily by different forms of Catholic Action, lay groups that sought to mobilise ordinary Catholics to defend and promote the interests of the Church in the post-World War II era, a time widely perceived as an increasingly hostile, modernised, above all, secular environment.

Nas constituições conciliares, uma nova mentalidade da igreja, aberta aos novos tempos, é apresentada ao mundo. A constituição Pastoral *Gaudium et spes* (CONCILIO ECUMENICO VATICANO II, 1965), por exemplo, traz diversos pontos referentes à cultura: seus aspectos antropológicos, e sua dimensão enquanto direito humano inalienável, assinalando assim o lugar privilegiado da cultura na vocação integral do homem (no. 57). Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efetivamente a todos. (no. 9). A partir disso, poderemos analisar esta nova e importante fase do diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural Religioso.

4 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL RELIGIOSO: relações entre Brasil e Santa Sé na contemporaneidade

4.1 AS DIOCESES, AGENTES DA PARADIPLOMACIA VATICANA

Para entendermos mais claramente de que formas a Diplomacia Cultural da Santa Sé é exercida, precisamos entender quais seus instrumentos. Sendo uma das mais influentes e respeitadas, a Diplomacia Vaticana tem se expandido significativamente, especialmente a partir da segunda metade do séc. XX, com um maior número de relações bi e multilaterais - a exemplo dos diversos organismos supranacionais, como a ONU, do qual é observador permanente - articuladas pelos diplomatas da Santa Sé, os Núncios Apostólicos, e pela própria Diplomacia Papal, que deu destaque ao papel da Igreja Católica no mundo enquanto construtora da Paz e defensora dos direitos humanos, e fez ecoar a mensagem apostólica.

Diante dos acontecimentos internacionais, os diversos papas apoiaram ora a teoria realista de defesa do interesse nacional ora a teoria idealista que, como já vimos, exaltava o recurso às organizações internacionais e ao instrumento jurídico internacional para promoção dos direitos humanos e para defesa da segurança coletiva. (CARLETTI, 2012)

Hoje, cada vez mais a chamada Paradiplomacia, ou Diplomacia Descentralizada tem se desenvolvido por todo o contexto internacional. Exercida, por exemplo, por entes subnacionais dos Estados, tem contribuído significativamente para a multiplicidade de atores que encontramos atualmente no jogo Diplomático. Para a Santa Sé, que possui estrutura organizacional bastante peculiar comparada a outros países, essa paradiplomacia é exercida através das Conferências Episcopais e principalmente Dioceses, centros da atuação Institucional da Igreja Católica no mundo, na qual as estratégias e parcerias são colocadas em prática, e onde, especialmente na Diplomacia Cultural, as ações de preservação e salvaguarda do patrimônio acontecem. Conforme relatório do Conselho Europeu sobre a diplomacia cultural Vaticana, vemos como

ocorre a prática diplomática entre instâncias centrais e sua respectiva descentralização pelo globo e, conseqüentemente, no Brasil.

The Pontifical Council for Culture holds regular meetings of those responsible for commissions for culture, which are departments of Episcopal Conferences - institutions set up broadly along regional, national, or international lines. These meetings, held at continental levels, aim at strengthening ties and cooperation between cultural entities and at fostering intercultural dialogue. (...) Funding is provided by the Church, in particular through the local diocese and official sponsors, for artists of all genres to be have adequate space and resources to put their gifts as the service of the various events.²¹

A Santa Sé, portanto, além de criar as condições necessárias nas relações com os Estados através de Concordatas e tratados internacionais a partir das necessidades colocadas pelas Dioceses e Conferências Episcopais Nacionais²², orienta os organismos subestatais dentro de seu organograma para questões diversas, dentre elas, a realidade pastoral (dimensão religiosa, eclesial) e política (enquanto política cultural oficial) da cultura em toda a igreja. Sobre o exercício diplomático da Santa Sé, nos elucida a Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, ao tratar das atribuições da Secretaria de Estado (*apud* CARLETTI, 2012):

Favorecer as relações sobretudo diplomáticas com os Estados e com outras sociedades de direito internacional e tratar os assuntos comuns para a promoção do bem da Igreja e da Sociedade civil, também mediante, se for o caso, as concordatas e outras semelhantes convenções, tendo em consideração o parecer dos organismos episcopais interessados.

A nível Pontifício, um organismo trata diretamente da Cultura e da Preservação do Patrimônio Cultural: o Pontifício Conselho para a Cultura, que a partir da Carta

²¹ CONSELHO EUROPEU, 2018.

²² Segundo o Código de Direito Canônico, cânon 447: A Conferência episcopal, instituição permanente, é o agrupamento dos Bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais a favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito.

Apostólica *Pulchritudinis Fidei*²³ (2012), do Papa Emérito Bento XVI, englobou as atividades da então Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, criada no Pontificado de João Paulo II. Em seus objetivos vemos mais uma vez a presença constante do papel das Dioceses e Conferências Episcopais como protagonistas do processo.

1. Testemunhar, diante da Igreja e do mundo, o profundo interesse que a Santa Sé, por sua missão específica, presta-se para o progresso da cultura e fecundo diálogo de culturas, bem como o seu encontro benéfico com o Evangelho.
2. Tornar-se participante nas preocupações culturais que os dicastérios da Santa Sé encontram em seu trabalho, para que a coordenação das suas tarefas na evangelização das culturas seja facilitada, e a cooperação das instituições culturais da Santa Sé seja garantida.
3. Dialogar com as Conferências Episcopais, a fim de beneficiar toda a Igreja com as pesquisas, iniciativas, realizações e criações que permitam às Igrejas locais uma presença ativa em seu próprio ambiente cultural.
4. Colaborar com organizações internacionais católicas, universitárias, históricas, filosóficas, teológicas, científicas, artísticas, intelectuais, e promover uma cooperação recíproca.
5. Prosseguir, na perspectiva que lhe é própria, salvaguardando sempre as competências específicas de outros órgãos da Cúria neste domínio, a ação das organizações internacionais, a começar pela UNESCO e pelo Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa, interessados na cultura, na filosofia da ciência, nas ciências humanas e assegurar a participação eficiente da Santa Sé em congressos internacionais sobre ciência, cultura e educação.
6. Seguir a política e a ação cultural dos vários governos do mundo, legitimamente preocupados em dar plena dimensão humana à promoção do bem comum dos homens, cuja responsabilidade eles assumem.
7. Facilitar o diálogo entre a Igreja e a cultura, a nível de universidades e centros de pesquisa, organizações de artistas e especialistas, pesquisadores e acadêmicos, e promover encontros significativos com esses mundos culturais.
8. Acolher em Roma representantes da cultura interessados em conhecer melhor a ação da Igreja neste campo e beneficiar a Santa Sé com sua rica experiência, oferecendo-lhes em Roma um lugar de encontro e diálogo.²⁴

4.1.1 Instâncias de preservação do Patrimônio da Igreja no Brasil

a) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

²³ Disponível em:

<http://www.cultura.va/content/cultura/en/magistero/papa/BenedictXVI/pulchritudinisfidei.html#innertop-1_text> . Acesso em: 08 nov 2018.

²⁴ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/letters/1982/documents/hf_jp-ii_let_19820520_foundation-letter.html> . Acesso em: 08 nov 2018.

A nível nacional, administrando os objetivos pastorais e de política cultural da Igreja para o Brasil, temos, dentro dos organismos da CNBB, a Comissão Episcopal Pastoral para os Bens Culturais da Igreja. Formada por Bispos e peritos na area, a comissão, orientada pelas normas pontifícias, foi criada com os seguintes objetivos:

Os projetos envolvem a publicação de documentos, o relacionamento dos bens culturais com as mídias de massa e as novas gerações, a formação dos ministros ordenados, formações e pesquisas acadêmicas no horizonte patrimonial, o acompanhamento das comissões diocesanas e regionais para os Bens Culturais, o mapeamento, inventariação e catalogação dos bens culturais, bem como, a cooperação com iniciativas de proteção.

A cooperação, portanto, sempre é um instrumento presente, buscando parcerias institucionais para fomentar o cuidado com o patrimônio material e imaterial da Igreja no Brasil, em diálogo com os órgãos governamentais e eclesiais especializados. Em seu escopo de parcerias, diversos eventos e atividades são realizadas com instituições como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)²⁵, órgão oficial do Estado Brasileiro para a preservação do patrimônio.

b) Comissões Diocesanas de Arte Sacra/Cultura/Bens Culturais

Criem-se em cada diocese, se possível, além da Comissão litúrgica, Comissões de música sacra e de arte sacra. (SC, 46)

No contexto pós Concílio Vaticano II, muitos são os documentos que orientam e normatizam a criação de Comissões de Arte Sacra e Bens Culturais. Segundo Ivo Porto de Menezes (2006), a Comissão Diocesana de Arte Sacra, no que tange ao Patrimônio Cultural, tem como vocação atuar como “órgão regulador e orientador do acervo pertencente às dioceses”, para que qualquer tipo de intervenção seja orientada por peritos na area, com licença prévia do ordinário, mantendo também sua dimensão cultural, haja vista que as Igrejas, mesmo que históricas, mantêm sua função de culto preservada. Segundo Baldisseri (2012), “não poderão ser adotadas medidas administrativas sobre bens da Igreja Católica que releguem para um segundo plano a sua intrínseca finalidade religiosa.” O próprio Acordo Brasil Santa-Sé, de quem

²⁵ Vide <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/850>

falaremos mais adiante, garante a não-desapropriação do patrimônio da Igreja no Brasil por parte do Estado.

Os bens culturais eclesiásticos, conforme ressalta o § 1º do artigo 6º do Acordo, devem manter a sua finalidade religiosa, que há de prevalecer sobre os valores artísticos, históricos, arquitetônicos ou culturais. O Acordo prevê a disposição de conciliar na forma mais ampla possível a utilização dos bens por motivos de ordem cultural, ressalvada a finalidade religiosa. Assim, por exemplo, não se pode desapropriar uma igreja, para que passe a funcionar como museu. É atual o disposto no artigo 25 do Decreto-Lei de 1937, que estabelece que o IPHAN deve buscar **“entendimentos com as autoridades eclesiásticas**, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de **obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional”**. (BALDISSERI, 2012, grifo nosso)

Especialmente nas dioceses onde a construção e a remodelação de igrejas atinge maior volume, é necessário articular melhor as competências da Comissão de Arte Sacra. (CEP, 1990). Por isso, nos lugares que possuem importantes sítios históricos no Brasil²⁶, as Comissões Diocesanas atuam com maior força, pela necessidade de articulação com os poderes públicos para a preservação do Patrimônio Religioso.

A cooperação ocorre na instância local de diversas formas: projetos de restauração, ações educativas, congressos, eventos, concursos, e uma das principais medidas, em grande parte dos casos, em parceria com os executivos estaduais ou municipais (PPP - Parceria Público-Privada), são os Museus Eclesiásticos.

4.2 A ATUAÇÃO DO IPHAN NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO

O IPHAN, conforme apresentado no capítulo anterior, surge a partir de 1936 no governo do então Presidente Getúlio Vargas, instrumentalizando os esforços de intelectuais e organismos nacionais na defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. Tem se

²⁶ A exemplo, Olinda e Recife, Salvador, e São Paulo, lugares com uma série de patrimônios tombados tanto pelo IPHAN quanto pela UNESCO, possuem trabalhos consolidados na área de cultura e preservação do patrimônio cultural, segundo informação das próprias dioceses.

mostrado importante ator na salvaguarda do patrimônio religioso, seja ele material ou imaterial.

Entretanto, a abordagem imaterial é uma concepção recente na linha do tempo das políticas patrimoniais. Segundo Fonseca (1997 *apud* NUNEZ, 2016), podemos entender a política patrimonial do Iphan em duas épocas: uma, entre 1937 e 1970, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, chamada “Fase heroica”; a segunda, a partir de 1970, como Fase Moderna. Na primeira fase, a preservação do patrimônio valorizava a chamada produção de “pedra e cal”, nomeadamente, na seara religiosa, as Igrejas e edificações ligadas à Igreja Católica. Essa visão pode se refletir, por exemplo, nos depoimentos do Primeiro diretor do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade (*apud* FONSECA, 2003), que diz que “entre os bens a proteger de valor arqueológico, histórico, artístico e natural [...] avultam, porém, os monumentos arquitetônicos, como núcleo primacial de nosso patrimônio.” Nessa fase, a Arquitetura Colonial, nomeadamente, teve destaque, já que muitos dos artistas que buscavam uma arte genuinamente Brasileira viam nesse estilo uma forma dessa manifestação.

Durante os primeiros trinta anos da instituição, portanto, a atuação do Iphan foi orientada por uma maioria de profissionais ligados ao Movimento Modernista e que viam, na arte e na arquitetura colonial, a expressão de uma verdadeira “identidade nacional” (NUNEZ, 2016).

Nessa fase, muitos dos bens tombados fazem parte do patrimônio religioso, já decorrente da preocupação de preservar aquela arquitetura do século XVIII, em grande parte religiosa católica. Já em 1938, segundo dados do IPHAN²⁷, onde se iniciam os primeiros grandes tombamentos, conjuntos urbanos, que tem o patrimônio cultural religioso como parte expressiva de seus bens culturais, e igrejas importantes dos centros históricos do Brasil foram tombadas.

Já na segunda fase, a partir da década de 1970, acompanhando o movimento internacional - do qual a Santa Sé também faz parte - uma nova política de patrimônio

²⁷ Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>> . Acesso em: 12 nov 2018

cultural brasileiro vai surgir, usando um viés mais antropológico e procurando dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil.²⁸ A partir disso, não só mais o patrimônio de pedra e cal, mas os fazeres e as manifestações populares, portanto, começam a entrar no rol de bens tombados do patrimônio Brasileiro.

A constituição Federal de 1988 modernizou e ampliou o conceito de patrimônio cultural, configurando-o nos seguintes termos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²⁹

Com essa ampliação, são inscritos nos livros de tombo do IPHAN diversas manifestações que antes o Estado não reconhecia como parte importante de seu Patrimônio. Neste âmbito, algumas das expressões nascem no seio da Igreja Católica, e acabam por circundá-la enquanto manifestação de fé, celebrações e ofícios próprios do trato eclesial. A exemplo³⁰, temos o Toque dos Sinos e o Ofício de Sineiro, em Minas Gerais; Festa do Divino, em Paraty (RJ) e Pirinópolis (GO); Festa do Glorioso São Sebastião, na Ilha de Marajó (PA), e o Círio de Nazaré (PA), listada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

O processo de candidatura do Círio de Nazaré a Patrimônio Imaterial Brasileiro é um exemplo de como a Igreja Católica, através de suas instituições, em parceria com o IPHAN, busca salvaguardar seu patrimônio, seja ele material ou imaterial. Segundo HENRIQUE (2011):

Motivados pela amplitude alcançada por esta celebração religiosa, quatro entidades de Belém solicitaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em

²⁸ NUNEZ, 2016

²⁹ BRASIL, 1988, Art. 216.

³⁰ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1617/>> . Acesso em: 12 nov 2018.

dezembro de 2001, o registro do Círio de Nazaré de Belém do Pará, como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Foram elas: Arquidiocese de Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará.

A partir de análise 2000-2010 da Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (PORTA, 2012), ao tratar das instituições parceiras do IPHAN, diversas instâncias da Igreja no Brasil são citadas, mostrando que, concretamente, a cooperação institucional da Igreja Católica com o Governo Brasileiro através dos organismos governamentais oficiais de preservação acontece. A exemplo, são citadas diversas Dioceses, como a de Goiás, Anápolis, Uruaçu, Taubaté, Ponta de Pedras; e Arquidioceses como a de Belém, Brasília, Mariana, Uberaba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas, Maceió, Paraíba e Olinda e Recife.

Quanto ao repasse de recursos, ao longo das décadas milhões de reais foram aplicados a ações de conservação do patrimônio cultural religioso, nos mais diversos locais do Brasil. O caso de Pernambuco elucida como o patrimônio cultural religioso, desde o início das instituições, teve prioridade nas ações financiadas pelo Estado Brasileiro. No âmbito do Programa Federal das Cidades Históricas, na década de 1970, o surgimento da FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) bem como seus primeiros projetos foram voltados ao patrimônio da Igreja Católica no Estado. Comenta José Luiz Mota Menezes (*apud* CAMPOS, 2009):

A preocupação com a reconstrução das cidades históricas representou uma ação de preservação com repercussão regional que teve Pernambuco como sede. De acordo com Menezes, as ações iniciais eram mais voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras para a Igreja Católica.

Na última década, diversas ações foram promovidas pelo Estado Brasileiro em cooperação com os organismos nacionais da Igreja Católica que, como falado antes, exercem sua Paradiplomacia no campo da Cultura dentro do Brasil. Um desses projetos, que envolveu todas as instâncias do Pacto Federativo, foi o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, que trouxe um volume de

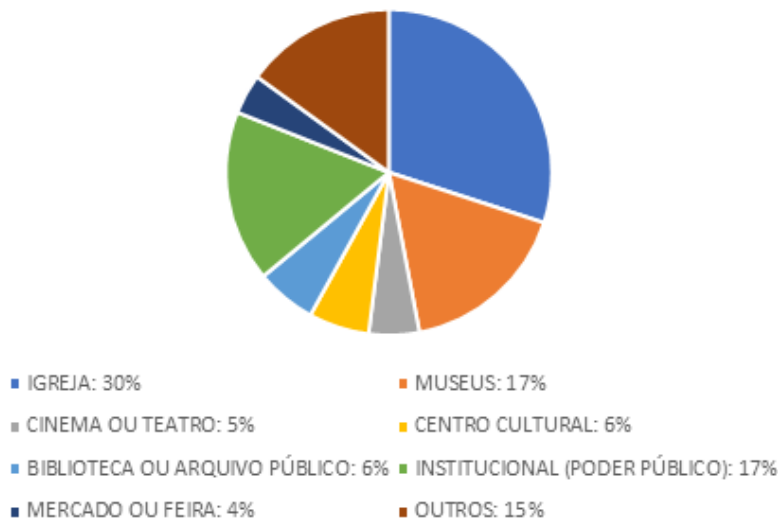
investimentos considerável ao Patrimônio Religioso, sempre em cooperação e diálogo com a Igreja.

4.2.1. PAC Cidades Históricas

No âmbito das políticas de estado para a preservação do Patrimônio Cultural, nos últimos anos, o PAC Cidades Históricas se destaca, tanto pelo volume de recursos empregados quanto pela escolha por parte do Estado em ter como prioridade a salvaguarda de seu patrimônio. Criado em 2013, no então Governo da Presidente Dilma Roussef, coube ao IPHAN a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada, segundo informações do próprio Instituto³¹, com a cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais.

Dos muitos projetos de recuperação aprovados e efetivados pelo programa, expressiva parte foi para o patrimônio cultural religioso. Segundo Leal (2017), dos projetos voltados para os espaços urbanos, 54% estão voltados para intervenções em áreas de inserção de igrejas ou bem religiosos. Já quanto aos projetos de restauração de edificações, 30% estão voltadas à Igreja e seus bens culturais materiais.

GRÁFICO 1 – Categorias predominantes nas ações voltadas para intervenções em edificações – PAC Cidades Históricas



Fonte: LEAL, 2017.

³¹ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> . Acesso em: 12 nov 2018.

4.3 A GESTÃO DOS MUSEUS ECLESIÁSTICOS NO BRASIL

Várias iniciativas foram feitas ao longo do tempo, orientadas pela Pontifícia Comissão para a Cultura, para a salvaguarda do Patrimônio. Entretanto, uma das mais caras à Santa Sé e, conseqüentemente, implantada pelo organograma da Igreja no que tange à Diplomacia Cultural, são os museus eclesiásticos. Eles começam a ganhar mais projeção especialmente a partir do século XX, onde a Igreja passa a se ver não somente como proprietária de tão grande Patrimônio, mas principalmente guardiã. “Pela singular dimensão universal do anúncio cristão, pertencem (os bens culturais da igreja) de certa forma a toda a humanidade.” (SANTA SÉ, 2001)

O museu eclesiástico se difere das demais tipologias museológicas, especialmente porque o museu eclesiástico traz em si uma vocação que difere, em um aspecto, às demais: sua função Pastoral. Em primeiro lugar, o museu tem uma função catequética: evangelizar e propagar através das manifestações artísticas e do resgate da história sua mensagem profética ao mundo.

O museu eclesiástico, enquanto instituição de tutela eclesiástica, surge, assim, como um espaço onde se prolonga a ação da Igreja no mundo concreto, inserindo-se no contexto da sua missão. Assume, assim, uma clara função pastoral, associada à cultural, mas é, sobretudo, esta função pastoral que o diferencia das demais tipologias de museus e sobre a qual gravitam as tradicionais funções museológicas. (AFONSO, 2013)

No Brasil, o uso equivocado de certos termos no que tange aos museus eclesiásticos tem evidenciado por vezes uma falsa compreensão do significado real dos museus eclesiásticos e dos “museus de arte sacra” (AFONSO, 2013). Frequentemente se colocam como sinônimos esses termos, apesar do primeiro tratar da identidade do museu, e o segundo, da tipologia da coleção. Nas mais diversas coleções espalhadas pelo Brasil, encontramos arte sacra. Entretanto, poucos são os museus que trazem em si uma dimensão evangelizadora e pastoral, como é o caso do Museu Eclesiástico que, além de um espaço de contemplação estéticas, traz em si uma dimensão transcendente, espiritual. Esses, portanto, são geridos pelas Dioceses e Paróquias.

No período pós-Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), são evidentes os museus diocesanos, seguidos dos museus paroquiais, museus monásticos, museus conventuais, museus de institutos religiosos (por exemplo, os museus missionários), os 10 museus das confrarias e de outras instituições eclesíásticas, muitos dos quais criados com o objetivo de barrar a dispersão de seus bens. (BERTO, 2016)

No Brasil, em decorrência da Cooperação entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro e o diálogo constante entre seus agentes da Diplomacia Cultural, os Museus Eclesiásticos no Brasil, em muitos casos, tem ganhado status “híbrido”, já que, indo além da função pastoral, estes passam a ser um importante equipamento cultural de preservação da história Brasileira.

Já na década de 1950 temos relatos de Museus Eclesiásticos no Brasil. No importante trabalho da Heloisa Alberto Torres, em trabalho publicado pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores chamado *Museums of Brazil, em pesquisa documental no Arquivo do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)*, são encontrados 18 Museus já existentes. Após o Concílio Vaticano II, com o estímulo da Igreja à criação de mais Museus e à parceria com órgãos governamentais para a dinamização do fazer cultural, o número hoje quase que quadruplica.

The ecclesiastical museums, which do not appear to have come into existence before 1905, now amount to 18, of which 4 are in the Federal District, 4 in São Paulo, 3 in Minas Gerais, 2 in Santa Catarina, and 1 each of five other states. Ecclesiastical authorities also keep up 5 museums of general interest, 2 of history and 1 of natural history. (TORRES, 1953).

Segundo dados do IBRAM³², temos mais de 60 museus registrados dedicados à arte sacra e o patrimônio cultural religioso. Desses, boa parte continua sob responsabilidade eclesíástica, apesar de captarem, algumas vezes, investimentos através de editais e projetos governamentais. Entretanto, outra parte expressiva é de

³² Instituto Brasileiro de Museus

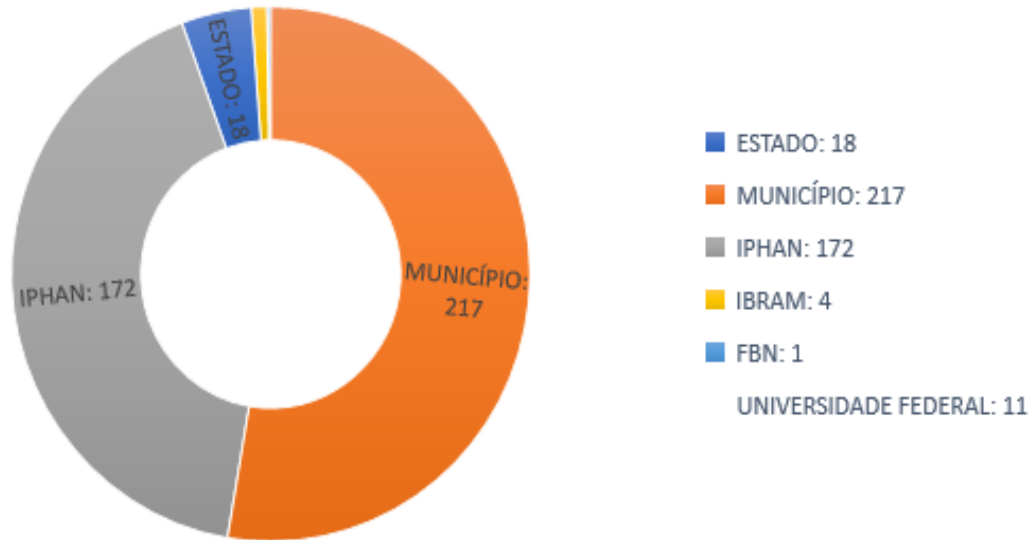
gestão compartilhada entre a Igreja e os governos municipal, estadual ou Federal. 12,30%³³ são de gestão compartilhada entre as Dioceses e os governos Estaduais. Desses, podemos perceber que estão principalmente os Museus das capitais históricas e cidades mais importantes, a exemplo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, São Luís, Natal, Olinda, etc, todos frutos de bem-sucedida parceria entre as Dioceses e os governos Estaduais.

Em âmbito municipal, temos a maioria dos museus de gestão compartilhada, cerca de 17%. Nesses, vemos boa parte dos museus das pequenas Dioceses do interior, que não possuem muitos recursos e/ou estrutura, e recorrem à Municipalidade para conseguirem manter o espaço do Museu. Nessa dimensão, alguns acordos variam. Parte deles é mantida pelas Dioceses; entretanto, nessa esfera, as Paróquias começam a ter maior protagonismo, em que muitos museus funcionam a partir do acervo dessas, sob a gestão da própria paróquia.

A cooperação exercida além do IPHAN com os municípios é importantíssima para as relações de salvaguarda do Patrimônio Religioso. Além do potencial turístico oferecido pelo patrimônio da Igreja, uma parte dos projetos elaborados para captação de recursos importantes em âmbito nacional e internacional é feita pelas secretarias dos municípios. Segundo dados do PAC Cidades Históricas:

³³ Todos os dados foram coletados a partir da Plataforma *MuseusBR - Rede Nacional de Identificação de Museus*, banco de informações do IBRAM. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov 2018.

Gráfico II – Perfis dos executores por número de ações – PAC Cidades Históricas



Fonte: LEAL, 2017.

Em âmbito federal, temos poucos museus. Parte deles é administrado pelo Ministério da Cultura através do IBRAM, que mantém, dentre outros museus federais, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte³⁴ e o Museu de Arte Sacra de Paraty. Também temos museus federais no âmbito do Ministério da Educação, como é o caso do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, que funciona em convento cedido pela Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e é mantido com recursos da própria Universidade.

4.4 O ACORDO BRASIL SANTA-SÉ E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO

Desde a antiguidade, a Santa Sé considerou as concordatas como um importante meio para facilitar as relações entre Igreja e Estado. Por meio delas, a Igreja obtinha o reconhecimento por parte das autoridades civis “daqueles

³⁴ Sediado na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (1762-1779), o museu pertence à Diocese de Goiás e é mantido e administrado pelo Ibram.

espaços de liberdade a ela concedidos para o cumprimento de sua missão”.
(CARLETTI, 2012)

A Concordata, acordo celebrados entre a Santa Sé e outros Estados, é o instrumento por excelência, poderia assim dizer, da Diplomacia Vaticana. Enquanto Pares no Cenário Internacional, as relações Bilaterais se dão com vistas a regulamentar assuntos do interesse comum de ambos.

A grande questão discutida e muitas vezes não compreendida em torno da Concordata é o status jurídico da Santa Sé, que simultaneamente representa o Estado do Vaticano e a Igreja Católica. Portanto, não podemos dissociar os papéis, tanto institucionalmente, quanto também em relação aos temas levados à discussão nas Concordatas que, primordialmente, buscam regulamentar e legalizar a atuação da Igreja Católica nos Países, articulando politicamente os interesses da Igreja Católica naquele País. Por essa razão, as Dioceses e Conferências Episcopais estão perfeitamente conectadas e interligadas em seus objetivos, metas e ações, unidas pelo Ministério Petrino, exercido pelo Papa.

Trata-se de uma diplomacia considerada *sui generis*, pois seus objetivos não são os mesmos dos outros Estados. Ela, porém, tem em comum com os outros países, a defesa de seu interesse nacional. Por se tratar de um **Estado transnacional**, a Santa Sé está interessada em manter boas relações com os países onde seus membros estão presentes. (CARLETTI, 2012, grifo nosso)

No Brasil, segundo Dom Lorenzo Baldisseri³⁵, desde a Proclamação da República, em 1889, a Santa Sé tenta articular uma Concordata que regulamente o exercício da Fé Católica no Brasil. Em 2006, entretanto, oficialmente se deu início às negociações, tendo como partes a Santa Sé - representada pela Nunciatura Apostólica - , a CNBB e o Governo Federal. Foi assinado na Cidade do Vaticano pelo Papa Bento XVI e o Presidente Lula em novembro de 2008, e levado à discussão no Congresso Nacional, para ratificação do Acordo Bilateral. Acabou entrando no Ordenamento Jurídico Nacional em 2010, por meio de decreto presidencial (GIUMBELLE, 2011).

³⁵ Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_19734_l6.htm> . Acesso em: 13 nov 2018.

Muito foi discutido tanto no âmbito congressional quanto por parte da opinião pública sobre a possível inconstitucionalidade do acordo tendo em vista a Laicidade do Estado Brasileiro, e, por meio da vigência do acordo, um benefício até então inédito entre as instituições religiosas no cenário Republicano. Sobre isso, comenta o Embaixador Samuel Guimarães (*apud* MELLO, 2009):

As diretrizes centrais seguidas pelas autoridades brasileiras na negociação do Acordo com a Santa Sé foram a preservação das disposições da Constituição e da legislação ordinária sobre o caráter laico do Estado brasileiro, a liberdade religiosa e o tratamento equitativo dos direitos e deveres das instituições religiosas legalmente estabelecidas no Brasil. Cabe ressaltar que o estabelecimento de acordo com entidade religiosa foi possível, neste caso, por possuir, a Santa Sé, personalidade jurídica de Direito Internacional Público.

O acordo possui 20 artigos, que versam sobre diversos temas, desde representações diplomáticas, ensino confessional, direito de sigilo aos sacerdotes, status jurídico das instituições religiosas, casamento civil, exercício de culto, até o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Igreja no Brasil. No tocante às Relações entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural Religioso, ponto central desta monografia, versam os artigos 6º e 7º do tratado em discussão:

Artigo 6º

As Altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiais, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.

§ 1º. A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiais mencionados no *caput* deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.

§ 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos.

Artigo 7º

A República Federativa do Brasil assegura, nos termos do seu ordenamento jurídico, as medidas necessárias para garantir a proteção dos lugares de culto da Igreja Católica e de suas liturgias, símbolos, imagens e objetos culturais, contra toda forma de violação, desrespeito e uso ilegítimo.

§ 1º. Nenhum edifício, dependência ou objeto afeto ao culto católico, observada a função social da propriedade e a legislação, pode ser demolido, ocupado, transportado, sujeito a obras ou destinado pelo Estado e entidades públicas a outro fim, salvo por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da Constituição brasileira.

No artigo 6º as partes reconhecem, depois de uma longa caminhada de produção e cooperação para a cultura o Patrimônio Cultural Religioso da Igreja Católica no Brasil como parte importante do Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa postura pode ser entendida, como expusemos ao longo dos capítulos anteriores, como fruto também de uma caminhada no espectro ideológico de compreensão do Soft Power da Santa Sé/Igreja Católica em tantos aspectos da Sociedade Brasileira. Desde o início da Colonização em terras Brasileiras, a Igreja se fez presente. Este Patrimônio é reflexo da Sociedade Brasileira, e do diálogo entre Igreja e Estado nas relações de Poder e Influência.

Trata-se, portanto, de criar uma consciência crítica que valorize o patrimônio histórico-artístico produzido pelas diversas civilizações que se aproximaram no tempo, graças também à presença da Igreja, quer como comitente iluminada quer como guardiã atenta dos vestígios antigos. (SANTA SÉ, 2001)

Ao usar a expressão “continuar a cooperar” (Artigo 6º), os Estados corroboram com a tese de que a Cooperação para a Cultura entre Brasil e Santa Sé, cada qual através de seus organismos de Diplomacia Cultural - instituições ou organismos

subnacionais - já existia. Portanto, continuar no mesmo caminho estreitará as relações diplomáticas (em atenção ao princípio de cooperação), sempre levando em conta o julgamento do Estado Brasileiro quanto à relevância de cada bem para o Patrimônio, e nos organismos eclesiais da Santa Sé no Brasil, “proceder a uma adequada reunião e conservação do patrimônio artístico e histórico em todo o território, de forma a colocá-lo à disposição de todos os que nele estiverem interessados”.³⁶

Essa relevância é registrada através dos organismos institucionais por meio do Tombamento, e da inscrição no livro de Registros por parte do IPHAN. A República garante sua identidade “sobrenatural”, “ritual” e “Pastoral” que este determinado bem possui, ao passo de que a Igreja Católica facilitará o acesso a Pesquisadores, Turistas, admiradores do Patrimônio, estando sempre acima sua identidade primeira: a finalidade religiosa.

No artigo 7º, o acordo reafirma atributos constitucionais do respeito aos lugares sagrados, e aos símbolos da Igreja Católica no Brasil, garantindo, portanto, todo o arcabouço simbólico e sua influência dominante na Sociedade. Os símbolos, como visto no primeiro capítulo, exercem uma grande diversidade de funções. Salvaguardá-los é também preservar o papel da Igreja Católica na Cultura Brasileira, principalmente em sua missão evangelizadora.

Proibir sua demolição, ocupação, transporte ilegal, e uso indevido protege o patrimônio da Igreja de possíveis desapropriações ou projetos de demolição ou modificação, a exemplo de tantas igrejas e monumentos religiosos que foram destruídos ao longo do séc. XX para dar espaço à modernidade. Dessa forma, o Patrimônio garante sua função eclesial e cultural, enquanto centro de tantas manifestações da arte e da cultura material e imaterial. Comenta o Núncio Apostólico:

A Constituição, no seu artigo 23, inciso IV, dispõe o dever de: “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural”. Evitar a evasão e, inclusive, a destruição e descaracterização constitui um dos objetivos do Acordo. Na realidade, o Acordo cristaliza a antiga

³⁶ JOÃO PAULO II, 1988.

colaboração que a Igreja sempre prestou aos poderes públicos no esforço comum por preservar os bens culturais por ela abrigados (BALDISSERI, 2012)

Sendo assim, o Acordo Brasil-Santa Sé, na verdade, instrumentaliza algo que já existia há muito tempo, e cada vez mais forte, com a abertura das instituições (No Brasil, pós-1930; na Santa Sé, pós-1964) à proteção e democratização de seu patrimônio cultural. Culmina o encontro harmônico das preocupações no sentido de salvaguardar, até com medidas preventivas, esses bens que refletem e confessam, com o esplendor da arte, a fé originária desta Terra (BALDISSERI, 2012), que nas mais diversas expressões da arte e das manifestações populares, se apresenta e se consolida como uma das construtoras desse Brasil Multicultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo em que vivemos tem necessidade de beleza para não cair no desespero. Com essa frase, o Concílio Vaticano II se dirigia a todos os que trabalham e vivem a arte. Essa mensagem ecoou, e evidenciou ainda mais algo já tão claro ao longo dos séculos: A igreja precisa da arte e ela, consciente de sua missão enquanto guardiã de um Patrimônio tão notável, a oferece ao mundo como manifestação do eterno, como instrumento de evangelização e reflexo de sua história milenar.

No Brasil, esse estandarte também tem sido defendido pela Igreja Católica. Através de seus mais diversos organismos, a Paradiplomacia Vaticana, exercida pelas tantas Dioceses no Brasil, têm sido bem-sucedida. A criação da Comissão para os Bens Culturais da Igreja a nível Nacional nasce como fruto desta realidade. A cada ano surgem mais museus eclesiásticos, e novos investimentos chegam através dos três âmbitos do Pacto Federativo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Religioso.

Estas ações realizadas pelo Estado Brasileiro atestam, portanto, a importância do Patrimônio da Igreja no Brasil enquanto parte relevante da Identidade, dos costumes e da História de Construção da Nação Brasileira. Os símbolos da Igreja estão presentes por todos os lados. É notória sua influência ainda hoje nos mais diversos âmbitos da sociedade.

A trajetória do IPHAN, desde seu início, dialogou com os Bens Culturais da Igreja; Hoje, a partir da cooperação com tantos entes, se manifesta não só mais nos Bens Materiais, mas também na imaterialidade desse Patrimônio. Ter Patrimônios imateriais religiosos reconhecidos internacionalmente, como o Círio de Nazaré, demonstra o potencial também do Patrimônio Imaterial Religioso como instrumento turístico e da Diplomacia Cultural Brasileira perante o Exterior.

Passados 10 anos da Celebração do Acordo Brasil-Santa Sé, podemos fazer uma análise positiva. Muito tem sido feito, apesar de um certo isolamento entre as atividades. Cursos, seminários e Congressos também têm sido realizados com o apoio do IPHAN e da CNBB. Entretanto, esse patrimônio, mesmo com as ações de restauro, por exemplo, tem perdido um pouco de sua identidade cultural junto ao povo.

Primeiro, por questões de secularização da sociedade. É perceptível a diminuição do número de Católicos e um aumento no número de Protestantes, inclusive de alas mais radicais. Isso faz com que certa parcela da população entenda o Patrimônio da Igreja como algo que a ela não pertença. Aliado a isso, dentro da Igreja Católica, uma parcela remanescente da Teologia da Libertação se mantém crítica contra o dito “luxo” e “opulência” do patrimônio religioso. Entretanto, é preciso que se compreenda que o patrimônio, antes de qualquer coisa, é fruto do seu tempo. Portanto, não podemos descontextualizar a arte de seu tempo, seu criador, e sua função.

O patrimônio não é somente resgate do passado; ele se atualiza, se torna vida, cotidiano das pessoas. Visto isso, muitas ações de educação patrimonial também têm acontecido pelo Brasil, buscando conscientizar as pessoas da importância do seu patrimônio. Atitudes como essa são importantes, pois, a partir do momento em que a própria sociedade reconhece seu patrimônio, se torna voz ativa nos âmbitos governamentais para sua salvaguarda, introduzindo o indivíduo na própria cultura e despertando-lhe o desejo de salvaguardar os bens histórico-artísticos pelos quais é circundado.³⁷ Ainda, especialmente no meio Rural, a preservação do Patrimônio – salvo alguns casos peculiares, como Minas Gerais – encontra maiores dificuldades, seja pela falta de recursos, iniciativas municipais, como visibilidade perante a opinião pública.

Muito ainda há de se fazer, em ambas as partes, no intuito de tornar vivo o patrimônio e garantir investimentos para uma gestão eficiente e sustentável desse Patrimônio. Para isso, é preciso que as instâncias governamentais possam ser melhor capacitadas para compreenderem quanto à utilização desses equipamentos. Aos clérigos, também se faz necessária uma melhor compreensão do patrimônio, que vai além da esfera religiosa: é patrimônio universal, e por isso, a Igreja, como guardiã, deve protegê-lo para o bem de todos, e a garantia para as gerações futuras.

Considerando que as “Altas Partes contratantes são, cada uma na própria ordem, autônomas, independentes e soberanas e cooperam para a construção de uma

³⁷ SANTA SÉ, 2001.

sociedade mais justa, pacífica e fraterna”³⁸, o caminho a ser traçado deve, acima de tudo, contribuir para o desenvolvimento humano e a perpetuação da história contada através dos Bens Culturais da Igreja. Como nos recorda São João Paulo II (2000, adaptado):

*A Igreja não é só guardiã do seu passado; ela é sobretudo animadora do presente da comunidade humana, em vista da edificação do seu futuro. Ela, portanto, incrementa continuamente o próprio património de bens culturais, para responder às exigências de todas as épocas e culturas, e depois preocupa-se de entregar às gerações sucessivas quanto foi realizado, para que também elas possam beber no grande rio da *traditio Ecclesiae*, utilizando os bens culturais para a *promoção de um humanismo autêntico*, modelado em Cristo, homem "novo" e revelador do homem a si próprio.*

³⁸ Cf. Acordo Brasil Santa-Sé, 2008. Preâmbulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Os primeiros núncios no Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

AFONSO, André das Neves. **Os museus eclesiásticos e a sua função pastoral: obstáculos e necessidades no Patriarcado de Lisboa**. Revista Vox Musei arte e património. ISSN 2182-9489. Vol. 1 (1): pp. 86-100. 2013.

BALDISSERI, Lorenzo. **Bens culturais no Acordo Brasil-Santa Sé**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.13, n. 18. 2012.

BAPTISTA, Anna Paola P. **O eterno ao moderno: arte sacra católica no Brasil, anos 1940-50**. 2002. 339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

BERTO, João Paulo. **A preservação de Bens Culturais Sacros: os Museus de Arte Sacra e suas especificidades**. Disponível em: <<https://www.cmu.unicamp.br/viiiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Preservação-de-Bens-Culturais-Sacros-os-Museus-de-Arte-Sacra-e-suas-especificidades-JOÃO-PAULO-BERTO.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. **Constituição (1891)** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. 168p.

BRASIL. **Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933**. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1933.

BRASIL. **Decreto-lei nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1890.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BUENO, Beatriz. **Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial Brasileira.** Mestres de ofício, “riscos” e “traças”. Anais do Museu Paulista, v. 20, n. 1, p. 321-361. São Paulo, 2012.

CAMPOS, Celia M. M. de Q.. **O Programa Pernambuco Nação Cultural.** In Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. Brasília, DF : Iphan, 2012.

CARLETTI, Anna. **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial : a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias.** Brasília : FUNAG, 2012.

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa. **Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja.** 2005. Disponível em: < http://www.edms.pt/data/_uploaded/file/documentos/CEP2005BensCulturais.pdf> . Acesso em: 20 abril 2018.

CERQUEIRA, Bruno. **A primeira Chefe de Estado do Brasil: D. Maria I, a louca? .** Cadernos ASLEGIS, n. 51, Janeiro/Abril 2014.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição pastoral *Gaudium et spes.*** Cidade do Vaticano: 7 de Dezembro de 1965.

CONSELHO EUROPEU; ERICarts. **Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe.** 19ª edição. 2018. Disponível em:

<https://www.culturalpolicies.net/down/holysee_112017.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

ECO, Humberto. **Arte e beleza na estética medieval**. São Paulo: Record, 2010.

ELLIOTT, J. H. **El viejo mundo y el nuevo**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In* Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abreu; Mário Chagas (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANCO, José Eduardo (org.). **Arquivo secreto vaticano**: expansão Portuguesa - Documentação. Tomo III: Brasil. Lisboa: Esfera do Caos, 2011b.

FRANCO, José Eduardo. **Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal**. Lisboa: CLEPUL, 2011a.

FREITAS, Inês. **Para pensar um novo mundo**: a geografia dos Jesuítas no Brasil. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 02, n. 03, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GIUMBELLE, Emerson. **O acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e Religião**. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 13, n. 14, p. 119-143, setembro de 2011.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC: 2012.

HATZOPOULOS, Pavlos; PETITO, Fabio (org.). **Religion in international relations**: the return from exile. USA: Palgrave Macmillan, 2003.

HAYNES, Jeffrey (org.). **Routledge Handbook of Religion and Politics**. USA: Routledge, 2009.

_____. **An Introduction to International Relations and Religion**. USA: Routledge, 2013.

_____. **Transnational religious actors and international politics**. *Third World Quarterly*, Vol 22, No 2, pp 143–158, 2001. Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/f556/04ccbc641ec0ca0629761a8e0d11e265b9f9.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2018

HENRIQUE, M. C. **Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Brasileiro.** *Amazônica* 3 (2): 324-346, 2011

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica *Pastor bonus*.** Cidade do Vaticano: 1988.

JOÃO PAULO II. **Discurso do Papa João Paulo II aos participantes na Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para os bens culturais da Igreja.** Cidade do Vaticano, 2000.

JÚNIOR, Durval M. A. J. **Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil.** *In: Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares.* NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). Salvador: edufba, 2007.
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARCELO, Hernan Venegas. **A noção de Patrimônio no Brasil Império.** PASOS. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 11 N.º 1 págs. 135-146. 2013.

MELLO, Fernando Collor de. **Acordo Brasil–Santa Sé.** Brasília : Senado Federal, 2009.

MENEZES, Ivo Porto de. **Bens culturais da Igreja.** São Paulo: Loyola, 2006.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo.** *FACES DA HISTÓRIA*, Assis – SP, vl. 3, n. 2, p. 194-212, jul-dez 2016.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means of Success in World Politics.** USA: PublicAffairs, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. **Padroado régio e Regalismo nos primórdios do Estado Nacional Brasileiro (1820-1824).** Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* Rio de Janeiro: vol. 9, no.1, janeiro-abril, 2017, p. 76-96.

PAIVA, José Pedro. **Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006a.

PAIVA, José Pedro. **Os Bispos do Brasil e a formação da Sociedade Colonial (1551-1706)**. Texto de História, v. 14, n. 1/2, 2006b.

PAJTINKA, E. **Cultural Diplomacy in the Theory and Practice of Contemporary International Relations**. Eslovênia: 2014.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. **A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado**. Tese. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Assis: UNESP, 2007.

PASTRO, Claudio. **O Deus da Beleza: A educação através da Beleza**. São Paulo. Paulinas: 2008

PIGNATARI, Décio. **Semiótica da arte e da arquitetura**. 3º.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2012.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. Tese. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP. FRANCA: UNESP, 2011.

SALVADOR, ARQUIDIOCESE DE. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.) São Paulo, 1853.

SANTA SÉ. Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta Circular, de 15 de agosto de 2001. **A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos**. Cidade do Vaticano, Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html>. Acesso em: 05 maio 2018.

SANTA SÉ. Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Carta Circular, de 15 de agosto de 2001. **A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos**. Cidade do Vaticano, Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html>. Acesso em: 05 maio 2018.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A ação da Santa Sé nos negócios eclesiásticos da Província do Brasil durante o Segundo Império**. Goiânia: UFG, 2009.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Ele está no meio de nós: a Santa Sé e sua tentativa de recuperação de autoridade no Brasil Imperial**. Mariana, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340203778_ARQUIVO_Elaestanameiodenos.pdf>. Acesso em: 20 out 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nacionalidade e patrimônio: o Segundo Reinado Brasileiro e seu modelo tropical exótico**. In CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012.

SILVA, Joelma Santos da. **Entre a Igreja e o Império: Dom Marcos Antonio de Sousa, o primeiro Bispo do Brasil independente**. *Seculum – Revista de História*, n. 33. João Pessoa, Jul/Dez 2015.

SOUSA *et al.* **CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

SPHAN. **Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: PRÓ-MEMÓRIA, 1980.

TORRES, Heloisa Alberto. **Museums of Brazil**. Rio de Janeiro: Ministry of Foreign Affairs, Cultural Division, Publication Office, 1953.